



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



## EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2024**

<b>LOCAL:</b>	<a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">http://www.portaldecompraspublicas.com.br</a>
<b>OBJETO:</b>	Registro de Preços para Futuras e Eventuais <b>Aquisições de Materiais de Construção</b> , a serem realizadas de forma parcelada, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes.
<b>UNIDADE GESTORA:</b>	<b>Secretaria Municipal de Administração e Finanças</b>
<b>CONCORRÊNCIA:</b>	Licitação composta de itens destinados a disputa exclusiva entre microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas e itens destinados para disputa ampla concorrência, de acordo com o artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 147/2014, de 7 de agosto de 2014.
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<b>ABERTO.</b>

### PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de São Francisco/MG, à Av. Montes Claros, nº 243 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 22.679.153/0001-40, Isenta de Inscrição Estadual, torna público que fará realizar o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 012/2024**, na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 002/2024**, sob o sistema **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo: “**MENOR PREÇO POR ITEM**”. Os trabalhos serão conduzidos por servidores da Prefeitura Municipal de São Francisco/MG, devidamente designados pela Portaria nº 072 de 22/02/2024. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante. O procedimento licitatório será regido pelas disposições contidas no Decreto Municipal Nº 017 de 04 de Março de 2024, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas normatizações correlatas, em observância ao que prescreve a Lei Complementar nº: 123 de 14 de dezembro de 2.006 com as alterações da Lei Complementar nº: 147 de 7 de Agosto de 2014, demais normas legais e, ainda, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório/edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

<b>INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS</b>	<b>12H:00M DO DIA <u>02 / 04 / 2024</u> (HORÁRIO DE BRASÍLIA)</b>
<b>DATA E HORA LIMITES PARA PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO:</b>	<b>18h:00m DO DIA <u>10 / 04 / 2024</u> (HORÁRIO DE BRASÍLIA)</b>
<b>DATA E HORA FINAL PARA REGISTRO DAS PROPOSTAS:</b>	<b>07h:50M DO DIA <u>15 / 04 / 2024</u> (HORÁRIO DE BRASÍLIA)</b>
<b>DATA E HORA DESIGNADA PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b>	<b>08h:00M DO DIA <u>15 / 04 / 2024</u> (HORÁRIO DE BRASÍLIA)</b>



**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no presente Edital Convocatório, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário oficial de Brasília – DF.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** As propostas de preços e os arquivos contendo os documentos de habilitação deverão ser registradas, pelos licitantes interessados, exclusivamente por meio eletrônico no endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), objetivando o credenciamento ao sistema.

O Edital Convocatório e seus Anexos estará disponível gratuitamente na página oficial do município: [www.saofrancisco.mg.gov.br](http://www.saofrancisco.mg.gov.br), no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), podendo ser solicitado ainda através do e-mail: [licitacao@saofrancisco.mg.gov.br](mailto:licitacao@saofrancisco.mg.gov.br).

### 1. DO OBJETO:

**1.1.** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais **Aquisições de Materiais de Construção, a serem realizadas de forma parcelada, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes**, conforme especificações e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar;

**1.2.** A presente licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, observados os parâmetros mínimos de qualidade e as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4.** A presente licitação é composta por itens destinados à disputa exclusiva entre Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais ou Equiparadas, uma vez que o valor médio de referência total de cada item é inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais). **EXCETO** quanto aos itens: **04, 09, 11, 13, 15, 19, 40, 42, 44, 47, 49, 59, 66, 68, 70, 72, 89, 91, 93, 102, 108, 117, 120, 129, 142, 147, 151, 153, 155, 157, 162, 171, 173, 179, 181, 183, 185, 188, 190, 192, 194, 198, 207, 209, 213, 217, 231, 233, 235, 240, 246, 249, 256, 258, 263 e 282**, os quais serão destinados para a disputa de ampla concorrência uma vez que o valor médio de referência total de cada item é superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

**1.5.** Para os itens destinados à ampla concorrência, haverá a subdivisão dos mesmos sendo o primeiro destinado à ampla concorrência e o subsequente destinado à cota exclusiva máxima de 25% reservada para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Micro Empreendedores Individuais ou Equiparadas. (Conforme Tabela de Itens do Termo de Referência – Anexo I). Esta exigência se fundamenta no artigo 48, I e III da Lei Complementar 123/2006 com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

### 2. ÁREAS SOLICITANTES:

**2.1.** Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Ação Comunitária, Meio



Ambiente e Infraestrutura Hídrica, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude.

### **3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:**

- 3.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos.
- 3.2.** A impugnação ou os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 3.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre impugnações ou pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.6.** A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado ou solicitado esclarecimentos sobre os termos do presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.7.** As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 3.8.** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 3.9.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhados de suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:**

- 4.1.** Poderão participar desta licitação as empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.



**4.2.** Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021, considerando o que dispõem o Decreto Federal nº 8.538 de 06/10/2015.

**4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DELA DECORRENTE, SOB PENA DE RECEBIMENTO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL:**

**4.3.1.** Pessoas físicas não empresárias;

**4.3.2.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.3.3.** Licitantes impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do Artigo 156, Inciso III, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;

**4.3.4.** Licitantes suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de São Francisco/MG, nos termos do Artigo 87, Inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993;

**4.3.5.** Licitantes impedidos de licitar e contratar com o Município de São Francisco/MG, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

**4.3.6.** Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do Artigo 87, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

**4.3.7.** Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do Artigo 156, Inciso IV, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021;

**4.3.8.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.9.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.3.10. Servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de São Francisco/MG, as situações que incidir no estipulado nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;**

**4.3.11.** Empresas compostas de vereadores que sejam proprietários, controladores ou diretores, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição Federal/1988;

**4.3.12.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.3.13.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.3.14.** Cujo objetivo social não seja compatível com o objeto desta licitação;

**4.3.15.** O autor do Termo de Referência, parte integrante deste processo, pessoa física ou jurídica;

**4.3.16.** Que estejam sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;



**4.3.17. As sociedades empresárias:**

- 4.3.17.1.** que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 4.3.17.2.** que se encontrem sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.17.3.** que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência), bem como as empresas impedidas de participar e contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP;
- 4.3.17.4.** que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;
- 4.3.17.5.** integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 4.3.17.6.** que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

**4.3.18.** O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.

**4.3.19.** As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).

**4.3.20.** Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa), junto ao TCE/MG e no Portal Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/cnep)), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

**4.4.** Como condição para participação no presente processo, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

**4.4.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

**4.4.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.4.2.** Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

**4.4.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



**4.4.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

**4.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**4.6. EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL CONVOCATÓRIO, O PARTICIPANTE QUE REALIZAR AS DECLARAÇÕES PREVISTAS NOS ITENS ANTERIORES, VIA SISTEMA ELETRÔNICO, DEVERÁ AINDA ASSIM ENCAMINHAR AS RESPECTIVAS DECLARAÇÕES ASSINADAS COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL, CONFORME EXIGIDAS NESTE EDITAL CONVOCATÓRIO.**

**5. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA:**

- 5.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 5.2.** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.
- 5.3.** Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 5.4.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 5.5.** Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimento do Portal ou pelo e-mail [fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br](mailto:fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br).
- 5.6.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.7.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de São Francisco/MG responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.8.** O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.9.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor



do sistema para imediato bloqueio de acesso.

- 5.10.** O Pregão será conduzido pelo Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de São Francisco/MG, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.
- 5.11.** A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

### 6. DO REGISTRO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 6.1.** Os licitantes interessados encaminharão suas propostas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com a descrição do objeto ofertado, devendo constar **preço e marca/modelo**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de registro da proposta;
- 6.1.1** Os licitantes interessados deverão, visando os princípios da celeridade e da eficiência, enviar os documentos de habilitação, exigidos neste Edital Convocatório, concomitantemente com o registro da proposta, os quais só serão conhecidos, analisados e verificados, após a fase de julgamento e oferta de lances;
- 6.2.** Os licitantes deverão registrar, no sistema eletrônico (no campo detalhe) a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão “de acordo com o edital”;
- 6.3.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- 6.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006;
- 6.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 6.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.7.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 6.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 6.9.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Pregoeiro, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado, caso tenha necessidade.

### 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 7.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



**7.1.1.** Valor unitário e total para cada item ofertado, em moeda corrente nacional, **expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos decimais após a vírgula;**

**7.1.2.** Marca para cada item ofertado;

**7.1.3.** Modelo/Fabricante, quando for o caso, para cada item ofertado;

**7.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**7.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**7.6.** Em âmbito municipal, nesta licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital, sob pena de desclassificação, conforme prevê o §1º, artigo 42 do Decreto Municipal nº 017 de 04/03/2024.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** O Pregoeiro Oficial verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante e que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.4.1.** Os lances deverão ser ofertados de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.



- 8.5.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.6.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.7.** A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG adotará o valor de **R\$ 0,01 (um centavo)** como intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.8.** Será adotado para o envio de lances na licitação o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme prevê o **Artigo 23 da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73 de 30/09/2022**.
- 8.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro Oficial, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.13.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro Oficial, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste edital de licitação, para a definição das demais colocações. Após o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.14.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 8.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 8.20.** Não serão motivos de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o atendimento da proposta, que não venham causar prejuízo à Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.
- 8.21.** O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente.



**8.22.** Caso o Pregoeiro julgue conveniente, a seu exclusivo critério, poderá suspender a reunião em qualquer fase a fim de que tenha melhores condições de analisar as propostas ou documentos apresentados, encaminhando-os às áreas envolvidas para manifestação, ou para promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, desde que não implique em inclusão de documento novo ou informação que deveria constar inicialmente, devendo proceder ao registro em ata, da suspensão dos trabalhos e a continuidade dos mesmos.

**9. DO EMPATE FICTO OU FICTÍCIO (CONDIÇÃO A SER OBSERVADA APENAS PARA OS ITENS DESTINADOS À COTA PRINCIPAL/AMPLA CONCORRÊNCIA):**

**9.1.** Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

**9.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**9.3.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**9.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**9.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio aleatório entre elas, via sistema, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9.6.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**9.6.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**9.6.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes; desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**9.6.3** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**9.7.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**9.7.1.** empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;



- 9.7.2. empresas brasileiras;
- 9.7.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.7.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

### 10. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

**10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro Oficial poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**10.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.1.2.** O Pregoeiro Oficial solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**10.2.** Após a negociação dos preços, o Pregoeiro Oficial iniciará a fase de verificação, aceitação e julgamento das propostas.

### 11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

**11.1** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro Oficial examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação pela Administração.

**11.2** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com as exigências do ato convocatório.

**11.3** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**11.3.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**11.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**11.5** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**11.6** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

**11.7** O Pregoeiro Oficial poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.7.1** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findar o prazo, e formalmente aceita.



**11.7.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.7.3** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro Oficial poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local e prazo a ser indicado.

**11.8** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro Oficial examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**11.9** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**11.10** O Pregoeiro Oficial poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**11.10.1** Também, nas hipóteses em que o Pregoeiro Oficial não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**11.10.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.11** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**11.12** A aceitabilidade das propostas e lance final será aferido a partir dos preços praticados no mercado, vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante e em conformidade com o Termo de Referência.

**11.13** Encerrada a análise quanto à verificação e aceitação da proposta do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro Oficial verificará os documentos de habilitação, já anexados ao sistema eletrônico, observado o disposto neste Edital.

## 12. DA HABILITAÇÃO:

**12.1** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO OFICIAL, AUXILIADO POR EQUIPE DE APOIO, VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

**12.1.1** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/)).



**12.1.2** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**12.1.3** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP (<https://www.cagef.mg.gov.br/>).

**12.1.4** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, tomando-se como referência o que dispõem o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, com as alterações contidas na Lei 14.230/2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.1.4.1** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**12.1.4.2** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**12.1.5** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro Oficial reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**12.1.6** No caso de inabilitação, haverá nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**12.2** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

**12.2.1** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**12.2.2** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro Oficial, auxiliado por equipe de apoio não lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**12.3** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo mínimo de até **02 (duas) horas, prorrogável por igual período**, sob pena de inabilitação.

**12.4** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/razão social diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



**12.5** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**12.5.1** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CNDT e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**12.6** Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

**12.7** Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, na ordem prevista neste Edital.

**12.8** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**12.9** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**12.10**     **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**12.10.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;

**12.10.2** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;

**12.10.3** No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as Alterações Contratuais ou Contrato Social Consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento de identificação de seus administradores (documento de identificação e CPF);

**12.10.4** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores (documento de identificação e CPF);

**12.10.5** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores (documento de identificação e CPF);

**12.10.6** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;



**12.10.7** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

**12.10.8** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.10.9** A **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, **deverá declarar** por escrito conforme modelos constantes nos **ANEXOS III e ANEXO IV**, e comprovar tal condição mediante certidão simplificada expedida com data do ano em curso pela Junta Comercial, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014.

**12.11 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**12.11.1** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

**12.11.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante comprovante de inscrição estadual perante a Secretaria de Estado da Fazenda e/ou mediante comprovante de inscrição municipal;

**12.11.3** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 103, de 20/12/2021, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**12.11.4** Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade, expedido pela Caixa Econômica Federal;

**12.11.5** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

**12.11.6** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual ou Distrital, através da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativa de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**12.11.7** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão de Regularidade junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

**12.11.8** Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do **ANEXO V** deste Edital, sob pena de inabilitação.



**12.11.9** Declaração do cumprimento do disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme modelo do **ANEXO VI** deste Edital, sob pena de inabilitação.

**12.11.10** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **12.12 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**12.12.1** Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa licitante, datada dos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores, conforme inciso II, caput, art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**12.12.2** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

#### **12.13 ATESTADO TÉCNICO:**

**12.13.1** Apresentação de Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu, de maneira satisfatória e a contento, os produtos de natureza similares com o objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas, preferencialmente com autenticação/certificação digitais.

#### **12.14 DEVERÃO AINDA, OS LICITANTES, APRESENTAREM AS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

**12.14.1** - Declaração expressa de que atende plenamente as condições do edital e cumpre os requisitos de habilitação, podendo ser adotado o modelo constante do **ANEXO VII** deste Edital.

**12.14.2** - Declaração expressa de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, inclusive no que se refere às condições impeditivas previstas no art. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, (podendo ser adotado o modelo constante do **ANEXO VIII** deste Edital);

**12.14.3** - Declaração expressa de elaboração independente de proposta, podendo ser adotado o modelo constante do **ANEXO IX** deste Edital;

**12.14.4** - Declaração expressa de conformidade ao que prescreve o Inciso IV, Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial no sentido de que NÃO possui no quadro societário da empresa servidor(a) ou dirigente que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de São Francisco/MG ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, (podendo ser adotado o modelo constante do **ANEXO X** deste Edital) sob pena de responsabilização.



**12.15** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa ou equiparada, seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**12.16** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**12.17** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa ou equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização, conforme prevê o artigo 43, §1º da Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**12.18** A não-regularização da habilitação fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**12.19** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro Oficial suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**12.20** **Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Item 12 e seguintes, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital Convocatório, ficando o licitante sujeito às sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que este manifestou, quando do registro de sua proposta comercial, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, sendo considerada falta grave, conforme preceitua o Inciso IV do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**12.21** Nos itens não exclusivos, a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**12.22** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**NOTA EXPLICATIVA 01: OS RESPECTIVOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, QUE SÃO EMITIDOS APENAS COM ASSINATURA ORIGINAL E NECESSITAM DE SEREM AUTENTICADOS, BEM COMO AQUELES QUE ESTIVEREM NO FORMATO DE CÓPIAS SIMPLES, DEVERÃO SER APRESENTADOS COM CERTIFICAÇÃO OU AUTENTICAÇÃO DIGITAL, COM VISTAS À AGILIZAR OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO, OBJETIVANDO A VERIFICAÇÃO EFICAZ DE SUA AUTENTICIDADE.**

**NOTA EXPLICATIVA 02: A VERIFICAÇÃO PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROMOTORA DO CERTAME NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES EMISSORES DE CERTIDÕES, CONSTITUI MEIO LEGAL DE PROVA, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, CASO OCORRA A NECESSIDADE DE VERIFICAR A AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.**



**NOTA EXPLICATIVA 03:** AS CERTIDÕES QUE NÃO TENHAM O PRAZO DE VALIDADE EXPRESSO NO DOCUMENTO, TER-SE-ÃO COMO VÁLIDAS POR 90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE SUA EMISSÃO.

**13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**13.1** A proposta final, reajustada ao último lance ofertado, do licitante declarado vencedor do certame, deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro, via sistema eletrônico;

**13.2** O Pregoeiro Oficial poderá, caso haja necessidade, solicitar do licitante declarado vencedor do certame, o envio da proposta reajustada ao preço final, em campo próprio do sistema eletrônico, no formato arquivo novo (PDF/WORD/EXCEL), com as informações necessárias, com indicação do preço/marca/modelo/fabricante, dos produtos ofertados, prazo de validade, devidamente identificada, com as devidas assinaturas digitais de seus representantes legais, no prazo de até **02 (duas) horas** a contar da solicitação, devendo utilizar como modelo o **Anexo II** deste edital.

**13.3** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital Convocatório ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas.

**13.4** No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**13.5** Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**13.6** Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

**14. DOS RECURSOS:**

**14.1** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de licitante qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa ou equiparada, quando for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, no prazo de até **20 (vinte) minutos**.

**14.2** Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**14.3** Não serão admitidas intenções de recursos de caráter meramente protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante ou baseada em fatos genéricos.

**14.4** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito.

**14.5** O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais, contado da data de intimação, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3



(três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.6** Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer à Prefeitura Municipal de São Francisco/MG, localizada na Avenida Montes Claros, nº 243 – Bairro: Centro, CEP.: 39.300-000, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas.

**14.7** As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, e-mail, etc).

**14.8** Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à Autoridade Superior Competente, para a decisão final no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**14.11** Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**15.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**15.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**15.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**15.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**15.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório, com publicação do aviso de reabertura no Diário Oficial do Município.

**15.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**16.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, caso ocorram, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para adjudicar o objeto e homologar a licitação, caso haja conveniência e oportunidade administrativa.



**17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**17.1** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**18. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**18.1** Não será permitida a subcontratação parcial ou integral do objeto desta contratação.

**19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:**

**19.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**19.2** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**19.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

**19.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**19.3** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**19.3.1.** A Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**19.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**19.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 do mesmo diploma legal.

**19.4** Na assinatura do contrato ou do documento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**19.4.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**19.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a



comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### 20. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

**20.1** A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados.

**20.2** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

**20.3** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**20.4** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**20.5** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**20.6** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

20.6.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

20.6.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**20.7** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

### 21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

**21.1** A entrega dos produtos deverá ocorrer em quantas parcelas forem necessárias para atender as requisições, conforme programação das Secretarias Municipais, sendo que o prazo de entrega será de até **10 (dez) dias consecutivos**, a contar do recebimento da ordem de compra, expedida pela secretaria requisitante, e a licitante que vier a ser decretada vencedora ficará sujeita às sanções previstas no Item 23 e seguintes do presente edital convocatório.

**21.2** - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no artigo 155 do Decreto Municipal nº 017/2024, devendo ser efetuado:

**I** - O recebimento provisório será realizado por servidor designado pela autoridade competente, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do objeto e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor contratual para recebimento definitivo.

**II** - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em e por força das disposições legais em vigor.



**21.3** À hipótese do material/produto apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

## **22. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

**22.1** - O setor competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o recebimento dos itens, do objeto desta licitação será de responsabilidade de cada **Secretaria Municipal Requisitante**, responsável por acompanhar o comprimento do objeto, de acordo com o que dispõe o art. 19, I e II da Lei 2.893/2013, bem como o que dispõe o Art. 5º, § 2º do Decreto Municipal 021/2022 de 07 de março de 2022. Caberá ao respectivo Setor Requisitante solicitar, receber, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação juntamente com o acompanhamento do Departamento de Almoxarifado, conforme a solicitação, observado o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/21. Caso ocorra qualquer anormalidade ou eventualidade na execução, o setor requisitante deverá, após devida notificação ao fornecedor, reportar os fatos à Controladoria Interna, para que sejam tomadas as devidas providências, conforme Art. 22 do Capítulo IV do Decreto Municipal Nº 20 de 06 de Abril de 2021.

## **23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

23.1 Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;

23.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6 Não celebrar o contrato, não aceitar/retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

**23.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ao que prevê o artigo 156 da Lei 14.133/2021, estando sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**23.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**23.4.** A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

**23.4.1-** O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de São Francisco/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas ao Município, quando for o caso.

**23.5.** A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**23.6.** A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**23.7.** A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**23.8.** A prescrição da sanção administrativa ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

**I** - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

**II** - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**III** - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**23.9.** Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**I** - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**II** - pagamento da multa;



**III** - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IV** - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**V** - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**23.10.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias úteis encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**23.11.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de São Francisco/MG, as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

## **24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**

### **1. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

1.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

1.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

1.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

1.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo



primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

25.1. Da sessão pública deste Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro Oficial poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.11. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.13. O Município de São Francisco/MG poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



- 25.14. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.
- 25.15. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 25.16. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 25.17. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no sítio oficial do município: [www.saofrancisco.mg.gov.br/licitacao](http://www.saofrancisco.mg.gov.br/licitacao), e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São Francisco/MG, localizada na Av. Montes Claros, nº 243 – Bairro Centro, nos dias de expediente, no horário das 07 horas às 13 horas, onde os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.
- 25.18. O foro da cidade de São Francisco/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

## 26. DOS ANEXOS:

26.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **ANEXO I** – Termo de Referência;
- **ANEXO II** - Modelo de Proposta de Preços;
- **ANEXO III** – Modelo de Declaração do Porte da Empresa (ME/EPP);
- **ANEXO IV** – Modelo de Declaração de Enquadramento do Porte da Empresa Baseado Em Contratações Anteriores;
- **ANEXO V** – Modelo de Declaração nos Termos Do Inciso XXXIII, ART. 7º da Constituição Federal;
- **ANEXO VI** – Modelo de Declaração Negativa de Emprego de Trabalho Degradante;
- **ANEXO VII** – Modelo de Declaração de Atendimento às Condições Estabelecidas no Edital e de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- **ANEXO VIII** – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;
- **ANEXO IX** – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- **ANEXO X** – Modelo de Declaração de Conformidade em atendimento ao que prescreve o Inciso IV do Artigo 14 da Lei 14.133/2021;
- **ANEXO XI** – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- **ANEXO XII** – Minuta do Termo de Contrato.

São Francisco / MG, 27 de Março de 2024.

**Miguel Paulo Souza Filho**  
Prefeito Municipal



### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

#### 1. OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais **Aquisições de Materiais de Construção, a serem realizadas de forma parcelada, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes** conforme especificações abaixo discriminadas:

SEQ	DISPUTA	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN	QUANT	VALOR UN	TOTAL
1	EXCLUSIVO ME/EPP	ABRAÇADEIRA 3/4 TIPO U.	UNIDADE	561	R\$ 2,14	R\$ 1.200,54
2	EXCLUSIVO ME/EPP	ABRAÇADEIRA DE 1/2 TIPO U.	UNIDADE	551	R\$ 3,22	R\$ 1.774,22
3	EXCLUSIVO ME/EPP	AGUARRAS 1 LT - LITRO.	UNIDADE	440	R\$ 17,68	R\$ 7.779,20
4	COTA PRINCIPAL	ALIZAR EM MADEIRA.	UNIDADE	323	R\$ 310,91	R\$ 100.423,93
5	COTA RESERVADA	ALIZAR EM MADEIRA.	UNIDADE	107	R\$ 310,91	R\$ 33.267,37
6	EXCLUSIVO ME/EPP	ARAME COZIDO Nº 18.	QUILO	545	R\$ 26,85	R\$ 14.633,25
7	EXCLUSIVO ME/EPP	ARAME FARPADO COM 500 METROS - (UNIDADE).	UNIDADE	75	R\$ 609,54	R\$ 45.715,50
8	EXCLUSIVO ME/EPP	ARAME GAVANIZADO 16MM C/2KG.	UNIDADE	167	R\$ 31,79	R\$ 5.308,93
9	COTA PRINCIPAL	ARAME LISO COM 1000 METROS.	UNIDADE	83	R\$ 744,35	R\$ 61.781,05
10	COTA RESERVADA	ARAME LISO COM 1000 METROS.	UNIDADE	27	R\$ 744,35	R\$ 20.097,45
11	COTA PRINCIPAL	AREIA LAVADA FINA.	METRO CÚBICO	953	R\$ 88,19	R\$ 84.045,07
12	COTA RESERVADA	AREIA LAVADA FINA.	METRO CÚBICO	317	R\$ 88,19	R\$ 27.956,23
13	COTA PRINCIPAL	AREIA LAVADA GROSSA.	METRO CÚBICO	1035	R\$ 72,89	R\$ 75.441,15
14	COTA RESERVADA	AREIA LAVADA GROSSA.	METRO CÚBICO	345	R\$ 72,89	R\$ 25.147,05
15	COTA PRINCIPAL	AREIA LAVADA MEDIA.	METRO CÚBICO	1009	R\$ 73,09	R\$ 73.747,81
16	COTA RESERVADA	AREIA LAVADA MEDIA.	METRO CÚBICO	336	R\$ 73,09	R\$ 24.558,24
17	EXCLUSIVO ME/EPP	ARGAMASSA AC 20KG.	PACOTE	930	R\$ 20,10	R\$ 18.693,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



18	EXCLUSIVO ME/EPP	ARGAMASSA AC2 20KG.	PACOTE	940	R\$ 29,10	R\$ 27.354,00
19	COTA PRINCIPAL	ARGAMASSA AC3 20KG.	PACOTE	2580	R\$ 38,85	R\$ 100.233,00
20	COTA RESERVADA	ARGAMASSA AC3 20KG.	PACOTE	860	R\$ 38,85	R\$ 33.411,00
21	EXCLUSIVO ME/EPP	ARREBITE POP 3X08MM C/1000 - CAIXA.	CAIXA	121	R\$ 83,09	R\$ 10.053,89
22	EXCLUSIVO ME/EPP	ARREBITE POP 5MM CX C/ 1000UNID.	CAIXA	88	R\$ 115,65	R\$ 10.177,20
23	EXCLUSIVO ME/EPP	ARRUELA LISA AÇO CARBONO POLIDA 1/4.	UNIDADE	2370	R\$ 1,55	R\$ 3.673,50
24	EXCLUSIVO ME/EPP	ARRUELA LISA AÇO CARBONO POLIDA 3/8.	UNIDADE	2370	R\$ 1,28	R\$ 3.033,60
25	EXCLUSIVO ME/EPP	ARRUELA LISA AÇO CARBONO POLIDA 5/32.	UNIDADE	2120	R\$ 2,09	R\$ 4.430,80
26	EXCLUSIVO ME/EPP	ARRUELA ZINCADA AÇO CARBONO 12MM.	UNIDADE	2120	R\$ 0,89	R\$ 1.886,80
27	EXCLUSIVO ME/EPP	ARRUELA ZINCADA AÇO CARBONO 3/4.	UNIDADE	2120	R\$ 3,23	R\$ 6.847,60
28	EXCLUSIVO ME/EPP	ARRUELA ZINCADA AÇO CARBONO 5/16.	UNIDADE	2120	R\$ 1,33	R\$ 2.819,60
29	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA CHATA DE AÇO 2 X 1/4 X 6 M - UNIDADE.	UNIDADE	245	R\$ 105,87	R\$ 25.938,15
30	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA CHATA DE AÇO 3/4 X 1/8 X 6 M - UNIDADE.	UNIDADE	245	R\$ 140,68	R\$ 34.466,60
31	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA CHATA DE AÇO 7/8 X 1/8 X 6 M - UNIDADE.	UNIDADE	245	R\$ 175,80	R\$ 43.071,00
32	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA ROSCADA POLIDA COM 1 METRO DE COMPRIMENTO 1/4X1M.	UNIDADE	810	R\$ 7,73	R\$ 6.261,30
33	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA ROSCADA POLIDA COM 1 METRO DE COMPRIMENTO 3/8X1M.	UNIDADE	990	R\$ 13,00	R\$ 12.870,00
34	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA ROSCADA POLIDA COM 1 METRO DE COMPRIMENTO 5/32X1M.	UNIDADE	970	R\$ 24,86	R\$ 24.114,20
35	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA ROSCADA ZINCADA COM 1 METRO DE COMPRIMENTO 12MM.	UNIDADE	820	R\$ 20,01	R\$ 16.408,20
36	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA ROSCADA ZINCADA COM 1 METRO DE COMPRIMENTO 3/4X1M.	UNIDADE	810	R\$ 24,83	R\$ 20.112,30
37	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA ROSCADA ZINCADA COM 1 METRO DE COMPRIMENTO 5/16X1M.	UNIDADE	810	R\$ 15,88	R\$ 12.862,80
38	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRO PARA REBOCO.	METRO CÚBICO	262	R\$ 45,90	R\$ 12.025,80
39	EXCLUSIVO ME/EPP	BISNAGA XADREZ 50 ML.	UNIDADE	800	R\$ 6,36	R\$ 5.088,00
40	COTA PRINCIPAL	BLOCO DE CIMENTO 15/19/39 cm.	UNIDADE	28425	R\$ 4,67	R\$ 132.744,75
41	COTA RESERVADA	BLOCO DE CIMENTO 15/19/39 cm.	UNIDADE	9475	R\$ 4,67	R\$ 44.248,25
42	COTA PRINCIPAL	BRITA 0.	METRO CÚBICO	1058	R\$ 129,72	R\$ 137.243,76



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



43	COTA RESERVADA	BRITA 0.	METRO CÚBICO	352	R\$ 129,72	R\$ 45.661,44
44	COTA PRINCIPAL	BRITA Nº 1 - (M³).	METRO CÚBICO	930	R\$ 139,47	R\$ 129.707,10
45	COTA RESERVADA	BRITA Nº 1 - (M³).	METRO CÚBICO	310	R\$ 139,47	R\$ 43.235,70
46	EXCLUSIVO ME/EPP	BUCHA UNIVERSAL COM ABA, IDEAL PARA PAREDE DE CONCRETO.	UNIDADE	1580	R\$ 0,43	R\$ 679,40
47	COTA PRINCIPAL	BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO 100X100. COM TUBOS CA1 CORPO E BOCA	UNIDADE	218	R\$ 547,31	R\$ 119.313,58
48	COTA RESERVADA	BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO 100X100. COM TUBOS CA1 CORPO E BOCA	UNIDADE	72	R\$ 547,31	R\$ 39.406,32
49	COTA PRINCIPAL	BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO 60X100. COM TUBOS CA1 CORPO E BOCA	UNIDADE	405	R\$ 286,50	R\$ 116.032,50
50	COTA RESERVADA	BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO 60X100. COM TUBOS CA1 CORPO E BOCA	UNIDADE	135	R\$ 286,50	R\$ 38.677,50
51	EXCLUSIVO ME/EPP	CABIDE DUPLO EM INOX.	UNIDADE	170	R\$ 13,67	R\$ 2.323,90
52	EXCLUSIVO ME/EPP	CADEADO 20MM.	UNIDADE	290	R\$ 12,46	R\$ 3.613,40
53	EXCLUSIVO ME/EPP	CADEADO 25MM.	UNIDADE	280	R\$ 14,20	R\$ 3.976,00
54	EXCLUSIVO ME/EPP	CADEADO 30MM - UNIDADE.	UNIDADE	276	R\$ 19,14	R\$ 5.282,64
55	EXCLUSIVO ME/EPP	CADEADO 35MM.	UNIDADE	270	R\$ 22,57	R\$ 6.093,90
56	EXCLUSIVO ME/EPP	CADEADO 40MM.	UNIDADE	301	R\$ 28,33	R\$ 8.527,33
57	EXCLUSIVO ME/EPP	CADEADO 50MM.	UNIDADE	296	R\$ 36,59	R\$ 10.830,64
58	EXCLUSIVO ME/EPP	CADEADO HASTE LONGA 30X50.	UNIDADE	230	R\$ 32,41	R\$ 7.454,30
59	COTA PRINCIPAL	CAIBRO 7X4 CASTANHEIRA.	METRO	4238	R\$ 14,45	R\$ 61.239,10
60	COTA RESERVADA	CAIBRO 7X4 CASTANHEIRA.	METRO	1412	R\$ 14,45	R\$ 20.403,40
61	EXCLUSIVO ME/EPP	CAL ADITIVADA PARA PINTURA 8KG.	UNIDADE	4720	R\$ 16,03	R\$ 75.661,60
62	EXCLUSIVO ME/EPP	CANTONEIRA 1 X 1/8 - UNIDADE.	UNIDADE	130	R\$ 115,86	R\$ 15.061,80
63	EXCLUSIVO ME/EPP	CANTONEIRA 2 X 1/18 - UNIDADE.	UNIDADE	130	R\$ 196,96	R\$ 25.604,80
64	EXCLUSIVO ME/EPP	CANTONEIRA 3 X 1/4 - UNIDADE.	UNIDADE	130	R\$ 588,54	R\$ 76.510,20
65	EXCLUSIVO ME/EPP	CANTONEIRA ALUMINIO 1/2 X 3 M - UNIDADE.	UNIDADE	140	R\$ 33,45	R\$ 4.683,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



66	COTA PRINCIPAL	CERAMICA 25X35 COR BRANCA - M <sup>2</sup> .	METRO QUADRA DO	1898	R\$ 37,68	R\$ 71.516,64
67	COTA RESERVADA	CERAMICA 25X35 COR BRANCA - M <sup>2</sup> .	METRO QUADRA DO	632	R\$ 37,68	R\$ 23.813,76
68	COTA PRINCIPAL	CERAMICA 32X56CM PARA REVESTIMENTO.	METRO QUADRA DO	1935	R\$ 44,84	R\$ 86.765,40
69	COTA RESERVADA	CERAMICA 32X56CM PARA REVESTIMENTO.	METRO QUADRA DO	645	R\$ 44,84	R\$ 28.921,80
70	COTA PRINCIPAL	CERAMICA 45X45CM PARA PISO PI-5.	METRO QUADRA DO	4028	R\$ 35,01	R\$ 141.020,28
71	COTA RESERVADA	CERAMICA 45X45CM PARA PISO PI-5.	METRO QUADRA DO	1342	R\$ 35,01	R\$ 46.983,42
72	COTA PRINCIPAL	CIMENTO PORTLAND CP 32.	SACO	9724	R\$ 40,41	R\$ 392.946,84
73	COTA RESERVADA	CIMENTO PORTLAND CP 32.	SACO	3241	R\$ 40,41	R\$ 130.968,81
74	EXCLUSIVO ME/EPP	COLA MADEIRA BRANCA 1KG.	UNIDADE	218	R\$ 39,50	R\$ 8.611,00
75	EXCLUSIVO ME/EPP	COLA ARALDITE 10 MIN. COM 23GR.	UNIDADE	257	R\$ 29,40	R\$ 7.555,80
76	EXCLUSIVO ME/EPP	COMPENSADO 12MM.	UNIDADE	680	R\$ 80,34	R\$ 54.631,20
77	EXCLUSIVO ME/EPP	CORANTE PARA TINTA ACRÍLICA 50ml. 50ml, para tingir tintas Látex à base de água (PVA e Acrílica), diversas tonalidades de cor, pré-pintura, ideal para colorir tintas Acrílicas ou de Latéx para Pinturas e Repinturas de ambientes.	UNIDADE	760	R\$ 10,59	R\$ 8.048,40
78	EXCLUSIVO ME/EPP	CORDA DE SEDA DE 16MM.	METRO	5680	R\$ 6,38	R\$ 36.238,40
79	EXCLUSIVO ME/EPP	CORDA MULTIFILAMENTO TRANCADA 19MM (POLIPROPILENO - PP, TRANCADO).	METRO	5580	R\$ 5,82	R\$ 32.475,60
80	EXCLUSIVO ME/EPP	DOBRADIÇA PARA PORTA C/ ANEL 3 1/2 X 3.	PAR	390	R\$ 29,11	R\$ 11.352,90
81	EXCLUSIVO ME/EPP	ESPUMA EXPANSIVA 400 ML. .	UNIDADE	560	R\$ 28,38	R\$ 15.892,80
82	EXCLUSIVO ME/EPP	ESQUADRIA PARA PORTA 14CM.	UNIDADE	185	R\$ 201,70	R\$ 37.314,50
83	EXCLUSIVO ME/EPP	ESTRIBOS VERG. AÇO 17X17/4.2MM C/10 UNID..	UNIDADE	2690	R\$ 25,96	R\$ 69.832,40
84	EXCLUSIVO ME/EPP	EXTRAFILITO PCT 20KG.	PACOTE	1830	R\$ 12,67	R\$ 23.186,10



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



85	EXCLUSIVO ME/EPP	FECHADURA COLONIAL EXTERNA.	UNIDADE	245	R\$ 68,87	R\$ 16.873,15
86	EXCLUSIVO ME/EPP	FECHADURA COLONIAL INTERNA.	UNIDADE	240	R\$ 69,03	R\$ 16.567,20
87	EXCLUSIVO ME/EPP	FECHADURA EXTERNA INOX COM MAÇANETA.	UNIDADE	310	R\$ 58,88	R\$ 18.252,80
88	EXCLUSIVO ME/EPP	FERRO 10MM NERVURADO.	UNIDADE	875	R\$ 80,43	R\$ 70.376,25
89	COTA PRINCIPAL	FERRO 12MM NERVURADO.	UNIDADE	574	R\$ 116,01	R\$ 66.589,74
90	COTA RESERVADA	FERRO 12MM NERVURADO.	UNIDADE	191	R\$ 116,01	R\$ 22.157,91
91	COTA PRINCIPAL	FERRO 16MM NERVURADO.	UNIDADE	521	R\$ 133,87	R\$ 69.746,27
92	COTA RESERVADA	FERRO 16MM NERVURADO.	UNIDADE	173	R\$ 133,87	R\$ 23.159,51
93	COTA PRINCIPAL	FERRO 25MM NERVURADO.	UNIDADE	507	R\$ 440,00	R\$ 223.080,00
94	COTA RESERVADA	FERRO 25MM NERVURADO.	UNIDADE	168	R\$ 440,00	R\$ 73.920,00
95	EXCLUSIVO ME/EPP	FERRO 6.3MM NERVURADO.	UNIDADE	1310	R\$ 36,62	R\$ 47.972,20
96	EXCLUSIVO ME/EPP	FERROLHO PARA PORTA 2.5 ZINCADO.	UNIDADE	225	R\$ 12,68	R\$ 2.853,00
97	EXCLUSIVO ME/EPP	FERRO 8.0MM NERVURADO.	UNIDADE	1200	R\$ 49,00	R\$ 58.800,00
98	EXCLUSIVO ME/EPP	FIO DE NYLON PARA APARADOR DE GRAMA 1,6MM X 500M.	UNIDADE	120	R\$ 279,90	R\$ 33.588,00
99	EXCLUSIVO ME/EPP	FITA DE DEMARCAÇÃO ZEBRADA SEM ADESIVO 48MMX30M.	UNIDADE	495	R\$ 16,83	R\$ 8.330,85
100	EXCLUSIVO ME/EPP	JUNTA PARA PISO ESPAÇADOR 1 MM E 1,5 MM.	PACOTE	368	R\$ 6,67	R\$ 2.454,56
101	EXCLUSIVO ME/EPP	LIGA 10 PCT 17KG.	PACOTE	1440	R\$ 12,85	R\$ 18.504,00
102	COTA PRINCIPAL	LINHA DE MADEIRA 15X6.	METRO	1665	R\$ 36,67	R\$ 61.055,55
103	COTA RESERVADA	LINHA DE MADEIRA 15X6.	METRO	555	R\$ 36,67	R\$ 20.351,85
104	EXCLUSIVO ME/EPP	LINHA DE MADEIRA 12X7.	METRO	2370	R\$ 28,00	R\$ 66.360,00
105	EXCLUSIVO ME/EPP	LINHA DE MADEIRA 20X6.	METRO	1470	R\$ 52,33	R\$ 76.925,10
106	EXCLUSIVO ME/EPP	LINHA DE MADEIRA 7X7.	METRO	1950	R\$ 19,67	R\$ 38.356,50
107	EXCLUSIVO ME/EPP	LINHA PARA PEDREIRO - ROLO COM 100 METROS.	UNIDADE	199	R\$ 11,97	R\$ 2.382,03
108	COTA PRINCIPAL	LIQUIBRILHO 18 LITROS.	UNIDADE	325	R\$ 249,06	R\$ 80.944,50
109	COTA RESERVADA	LIQUIBRILHO 18 LITROS.	UNIDADE	108	R\$ 249,06	R\$ 26.898,48



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



110	EXCLUSIVO ME/EPP	LIXA P/ FERRO 100.	UNIDADE	1615	R\$ 4,15	R\$ 6.702,25
111	EXCLUSIVO ME/EPP	LIXA MADEIRA Nº 150.	UNIDADE	1565	R\$ 1,49	R\$ 2.331,85
112	EXCLUSIVO ME/EPP	LIXA MASSA 100.	UNIDADE	1615	R\$ 1,90	R\$ 3.068,50
113	EXCLUSIVO ME/EPP	LIXA MASSA 150.	UNIDADE	1650	R\$ 1,40	R\$ 2.310,00
114	EXCLUSIVO ME/EPP	LIXA P/ MADEIRA 100.	UNIDADE	1610	R\$ 1,33	R\$ 2.141,30
115	EXCLUSIVO ME/EPP	LIXA P/ PAREDE Nº 100.	UNIDADE	1620	R\$ 1,17	R\$ 1.895,40
116	EXCLUSIVO ME/EPP	Lixa para parede nº 60.	UNIDADE	1280	R\$ 2,03	R\$ 2.598,40
117	COTA PRINCIPAL	MASSA CORRIDA 18 LITROS PVA.	UNIDADE	694	R\$ 90,46	R\$ 62.779,24
118	COTA RESERVADA	MASSA CORRIDA 18 LITROS PVA.	UNIDADE	231	R\$ 90,46	R\$ 20.896,26
119	EXCLUSIVO ME/EPP	MASSA CORRIDA 3600 ML PVA.	UNIDADE	550	R\$ 61,66	R\$ 33.913,00
120	COTA PRINCIPAL	MASSA CORRIDA ACRILICA 18 LITROS	UNIDADE	549	R\$ 241,28	R\$ 132.462,72
121	COTA RESERVADA	MASSA CORRIDA ACRILICA 18 LITROS	UNIDADE	182	R\$ 241,28	R\$ 43.912,96
122	EXCLUSIVO ME/EPP	MASSA CORRIDA ACRÍLICA 3600 ML.	UNIDADE	520	R\$ 53,35	R\$ 27.742,00
123	EXCLUSIVO ME/EPP	MASSA PARA MADEIRA 900 ML. PARA MODELAR E REPAROS EM PORTAS DE MADEIRAS	UNIDADE	510	R\$ 22,00	R\$ 11.220,00
124	EXCLUSIVO ME/EPP	PARAFUSO 6MM COM BUCHA.	UNIDADE	2150	R\$ 1,31	R\$ 2.816,50
125	EXCLUSIVO ME/EPP	PARAFUSO 8MM COM BUCHA.	UNIDADE	2250	R\$ 1,33	R\$ 2.992,50
126	EXCLUSIVO ME/EPP	PARAFUSO CASTELO N.10.	UNIDADE	1410	R\$ 2,36	R\$ 3.327,60
127	EXCLUSIVO ME/EPP	PARAFUSO PARA TELHA DE AMIANTO 5/16 X 1,10.	UNIDADE	1410	R\$ 2,24	R\$ 3.158,40
128	EXCLUSIVO ME/EPP	PIA COZINHA GRANITO 180X55/CB..	UNIDADE	91	R\$ 539,70	R\$ 49.112,70
129	COTA PRINCIPAL	PORTA DE FERRO VENEZIANA 210X80.	UNIDADE	215	R\$ 459,46	R\$ 98.783,90
130	COTA RESERVADA	PORTA DE FERRO VENEZIANA 210X80.	UNIDADE	71	R\$ 459,46	R\$ 32.621,66
131	EXCLUSIVO ME/EPP	SUPORE PARA PAPEL HIGIENICO EM INOX.	UNIDADE	212	R\$ 25,10	R\$ 5.321,20
132	EXCLUSIVO ME/EPP	PREGO 12X12 SEM CABEÇA.	QUILO	122	R\$ 31,63	R\$ 3.858,86
133	EXCLUSIVO ME/EPP	PREGO 15X15 - KILO.	QUILO	187	R\$ 25,34	R\$ 4.738,58



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



134	EXCLUSIVO ME/EPP	PREGO 15X21.	QUILO	242	R\$ 22,16	R\$ 5.362,72
135	EXCLUSIVO ME/EPP	PREGO 17X21.	QUILO	262	R\$ 20,51	R\$ 5.373,62
136	EXCLUSIVO ME/EPP	PREGO 18X30 - (KILO).	QUILO	295	R\$ 18,56	R\$ 5.475,20
137	EXCLUSIVO ME/EPP	PREGO 19X36.	QUILO	397	R\$ 26,56	R\$ 10.544,32
138	EXCLUSIVO ME/EPP	PREGO 10X10 SEM CABEÇA.	QUILO	179	R\$ 30,94	R\$ 5.538,26
139	EXCLUSIVO ME/EPP	PREGO PARA TELHA AMIANTO.	UNIDADE	982	R\$ 12,26	R\$ 12.039,32
140	EXCLUSIVO ME/EPP	REJUNTE PARA PISOS E REVESTIMENTO COM 1 KG.	PACOTE	1650	R\$ 5,26	R\$ 8.679,00
141	EXCLUSIVO ME/EPP	RIPA 5X1,5.	METRO	14350	R\$ 4,29	R\$ 61.561,50
142	COTA PRINCIPAL	TÁBUA DE PINHO 3X25.	METRO	1459	R\$ 46,78	R\$ 68.252,02
143	COTA RESERVADA	TÁBUA DE PINHO 3X25.	METRO	486	R\$ 46,78	R\$ 22.735,08
144	EXCLUSIVO ME/EPP	TANQUE EM GRANITO COM 1 BACIA E 1 BATEDOR PARA LAVAR ROUPA.	UNIDADE	63	R\$ 381,56	R\$ 24.038,28
145	EXCLUSIVO ME/EPP	TANQUE EM GRANITO COM 2 BACIAS E 1 BATEDOR PARA LAVAR ROUPA.	UNIDADE	61	R\$ 324,55	R\$ 19.797,55
146	EXCLUSIVO ME/EPP	TANQUE PARA LAVAR ROUPA COM 03 CUBAS CONCRETO DE 1.80M.	UNIDADE	33	R\$ 413,33	R\$ 13.639,89
147	COTA PRINCIPAL	TELA ALAMBRADO - METRO QUADRADO.	METRO QUADRADO	3038	R\$ 24,38	R\$ 74.066,44
148	COTA RESERVADA	TELA ALAMBRADO - METRO QUADRADO.	METRO QUADRADO	1012	R\$ 24,38	R\$ 24.672,56
149	EXCLUSIVO ME/EPP	TELA MANGUEIRO- METRO QUADRADO.	METRO QUADRADO	2010	R\$ 17,33	R\$ 34.833,30
150	EXCLUSIVO ME/EPP	TELA PARA GALINHEIRO, MALHA 2, 1,80M DE ALTURA. COM TRATAMENTO GALVANIZADO	METRO QUADRADO	2190	R\$ 9,98	R\$ 21.856,20
151	COTA PRINCIPAL	TELA PARA LAJE FIO 4.2 MM 2 X 3 X 15- METRO QUADRADO.	METRO QUADRADO	2565	R\$ 33,33	R\$ 85.491,45
152	COTA RESERVADA	TELA PARA LAJE FIO 4.2 MM 2 X 3 X 15- METRO QUADRADO.	METRO QUADRADO	855	R\$ 33,33	R\$ 28.497,15
153	COTA PRINCIPAL	TELA TAPUME POLIPROPIENO PARA ISOLAMENTO DE AREAS DE RISCO, MALHA. 100X50MM, LARGURA 1,20M, COMPRIMENTO 50M	METRO QUADRADO	1560	R\$ 55,70	R\$ 86.892,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



154	COTA RESERVADA	TELA TAPUME POLIPROPIENO PARA ISOLAMENTO DE AREAS DE RISCO, MALHA. 100X50MM, LARGURA 1,20M, COMPRIMENTO 50M	METRO QUADRA DO	520	R\$ 55,70	R\$ 28.964,00
155	COTA PRINCIPAL	TELHA COLONIAL PLAN.	UNIDADE	32625	R\$ 2,56	R\$ 83.520,00
156	COTA RESERVADA	TELHA COLONIAL PLAN.	UNIDADE	10875	R\$ 2,56	R\$ 27.840,00
157	COTA PRINCIPAL	TIJOLO FURADO 8 FUROS.	UNIDADE	83625	R\$ 1,56	R\$ 130.455,00
158	COTA RESERVADA	TIJOLO FURADO 8 FUROS.	UNIDADE	27875	R\$ 1,56	R\$ 43.485,00
159	EXCLUSIVO ME/EPP	TIJOLO LAMINADO A VISTA COM 02 FUROS.	UNIDADE	14900	R\$ 2,21	R\$ 32.929,00
160	EXCLUSIVO ME/EPP	TIJOLO OLARIA.	UNIDADE	30560	R\$ 1,72	R\$ 52.563,20
161	EXCLUSIVO ME/EPP	TINNER COM 1 LITRO.	UNIDADE	999	R\$ 16,35	R\$ 16.333,65
162	COTA PRINCIPAL	TRELIÇA - METRO.	METRO	3308	R\$ 25,34	R\$ 83.824,72
163	COTA RESERVADA	TRELIÇA - METRO.	METRO	1102	R\$ 25,34	R\$ 27.924,68
164	EXCLUSIVO ME/EPP	TRINCHA 1/2 MM.	UNIDADE	198	R\$ 5,17	R\$ 1.023,66
165	EXCLUSIVO ME/EPP	TRINCHA 2/2 MM.	UNIDADE	183	R\$ 8,90	R\$ 1.628,70
166	EXCLUSIVO ME/EPP	TRINCHA 3/4 MM.	UNIDADE	205	R\$ 7,32	R\$ 1.500,60
167	EXCLUSIVO ME/EPP	VERNIZ INCOLOR 3,600 LTS.	GALÃO	323	R\$ 131,89	R\$ 42.600,47
168	EXCLUSIVO ME/EPP	VERNIZ INCOLOR 3,600 LTS MOGNO.	GALÃO	300	R\$ 143,33	R\$ 42.999,00
169	EXCLUSIVO ME/EPP	VIGA I 101,6 X 4,9 X 4 - UNIDADE.	UNIDADE	88	R\$ 883,33	R\$ 77.733,04
170	EXCLUSIVO ME/EPP	FIXADOR DE CAL PARA PINTURA.	UNIDADE	500	R\$ 3,87	R\$ 1.935,00
171	COTA PRINCIPAL	FUNDO PREPARADOR 18 LITROS.	UNIDADE	630	R\$ 233,52	R\$ 147.117,60
172	COTA RESERVADA	FUNDO PREPARADOR 18 LITROS.	UNIDADE	210	R\$ 233,52	R\$ 49.039,20
173	COTA PRINCIPAL	BLOCO DE CIMENTO 9/19/39 CM.	UNIDADE	29550	R\$ 3,79	R\$ 111.994,50
174	COTA RESERVADA	BLOCO DE CIMENTO 9/19/39 CM.	UNIDADE	9850	R\$ 3,79	R\$ 37.331,50
175	EXCLUSIVO ME/EPP	LIXA P/ PAREDE Nº 120.	UNIDADE	2050	R\$ 1,77	R\$ 3.628,50
176	EXCLUSIVO ME/EPP	MASSA PLASTICA 400 GRAMAS. PARA MODELAR E REPAROS EM PORTAS DE MADEIRAS E CARROS	UNIDADE	595	R\$ 20,26	R\$ 12.054,70



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



177	EXCLUSIVO ME/EPP	PIA PARA COZINHA 1,80 M.	UNIDADE	142	R\$ 434,78	R\$ 61.738,76
178	EXCLUSIVO ME/EPP	PIA PARA COZINHA 2 M.	UNIDADE	142	R\$ 529,63	R\$ 75.207,46
179	COTA PRINCIPAL	TABUA DE PINHO 3M X 0,20M.	METRO	1572	R\$ 48,00	R\$ 75.456,00
180	COTA RESERVADA	TABUA DE PINHO 3M X 0,20M.	METRO	523	R\$ 48,00	R\$ 25.104,00
181	COTA PRINCIPAL	TABUA DE PINHO 3M X 0,30M .	METRO	1609	R\$ 59,92	R\$ 96.411,28
182	COTA RESERVADA	TABUA DE PINHO 3M X 0,30M .	METRO	536	R\$ 59,92	R\$ 32.117,12
183	COTA PRINCIPAL	Tinta Látex Acrílica 18 L para Parede. Cor à Definir Acabamento Fosco Embalagem 18 L Uso Interno/Externo, Composição básica água Rendimento desejável Lata 18L de 280m <sup>2</sup> a 380m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação Reboco, Massa Acrílica, Texturas, Concreto, Fibrocimento, Gesso e Superfícies Internas de Massa Corrida Diluição Rolo e Pincel 30% a 50% de água limpa em todas as demãos. Pistola 35% de água limpa Tempo de Secagem Toque 30 minutos. Entre demãos 2 a 4 horas. Final 4 horas Baixo odor Lavável Antimofo. Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.	UNIDADE	720	R\$ 430,67	R\$ 310.082,40
184	COTA RESERVADA	Tinta Látex Acrílica 18 L para Parede. Cor à Definir Acabamento Fosco Embalagem 18 L Uso Interno/Externo, Composição básica água Rendimento desejável Lata 18L de 280m <sup>2</sup> a 380m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação Reboco, Massa Acrílica, Texturas, Concreto, Fibrocimento, Gesso e Superfícies Internas de Massa Corrida Diluição Rolo e Pincel 30% a 50% de água limpa em todas as demãos. Pistola 35% de água limpa Tempo de Secagem Toque 30 minutos. Entre demãos 2 a 4 horas. Final 4 horas Baixo odor Lavável Antimofo. Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.	UNIDADE	240	R\$ 430,67	R\$ 103.360,80



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



185	COTA PRINCIPAL	Tinta Látex Acrílica 3,6 L para Parede. Cor à Definir Acabamento Fosco Embalagem 3.6 L Uso Interno/Externo, Composição básica água Rendimento desejável Lata 3,6L de 60m <sup>2</sup> a 75m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação Reboco, Massa Acrílica, Texturas, Concreto, Fibrocimento, Gesso e Superfícies Internas de Massa Corrida Diluição Rolo e Pincel 30% a 50% de água limpa em todas as demãos. Pistola 35% de água limpa Tempo de Secagem Toque 30 minutos. Entre demãos 2 a 4 horas. Final 4 horas Baixo odor Lavável Antimofo. Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.	GALÃO	439	R\$ 217,95	R\$ 95.680,05
186	COTA RESERVADA	Tinta Látex Acrílica 3,6 L para Parede. Cor à Definir Acabamento Fosco Embalagem 3.6 L Uso Interno/Externo, Composição básica água Rendimento desejável Lata 3,6L de 60m <sup>2</sup> a 75m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação Reboco, Massa Acrílica, Texturas, Concreto, Fibrocimento, Gesso e Superfícies Internas de Massa Corrida Diluição Rolo e Pincel 30% a 50% de água limpa em todas as demãos. Pistola 35% de água limpa Tempo de Secagem Toque 30 minutos. Entre demãos 2 a 4 horas. Final 4 horas Baixo odor Lavável Antimofo. Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.	GALÃO	146	R\$ 217,95	R\$ 31.820,70
187	EXCLUSIVO ME/EPP	Tinta Esmalte 1 L para Metais e Madeira. Cor à Definir Acabamento Alto Brilho Embalagem 1 L Uso Interno/Externo, Composição Esmalte à base de óleo Rendimento desejável 1 Litro 19 m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação madeiras, metais ferrosos, galvanizados, alumínio, cerâmica não vitrificada Diluente indicado aguarrás pincel/rolo Diluir no máximo 10%, Aplicação com pistola Diluir no máximo 30% Tempo	UNIDADE	540	R\$ 46,68	R\$ 25.207,20



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



		de Secagem Ao toque 1 a 3 horas, Entre demãos 8 horas, Final 18 horas Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.				
188	COTA PRINCIPAL	Tinta Esmalte 3,6 L para Metais e Madeira. Cor à Definir Acabamento Alto Brilho Embalagem 3,6 L Uso Interno/Externo, Composição Esmalte à base de óleo Rendimento desejável Lata 3,6 L 75m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação madeiras, metais ferrosos, galvanizados, alumínio, cerâmica não vitrificada Diluente indicado aguarrás pincel/rolo Diluir no máximo 10%, Aplicação com pistola Diluir no máximo 30% Tempo de Secagem Ao toque 1 a 3 horas, Entre demãos 8 horas, Final 18 horas Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.	UNIDADE	488	R\$ 151,18	R\$ 73.775,84
189	COTA RESERVADA	Tinta Esmalte 3,6 L para Metais e Madeira. Cor à Definir Acabamento Alto Brilho Embalagem 3,6 L Uso Interno/Externo, Composição Esmalte à base de óleo Rendimento desejável Lata 3,6 L 75m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação madeiras, metais ferrosos, galvanizados, alumínio, cerâmica não vitrificada Diluente indicado aguarrás pincel/rolo Diluir no máximo 10%, Aplicação com pistola Diluir no máximo 30% Tempo de Secagem Ao toque 1 a 3 horas, Entre demãos 8 horas, Final 18 horas Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.	UNIDADE	162	R\$ 151,18	R\$ 24.491,16
190	COTA PRINCIPAL	Tinta Esmalte Secagem Rapida 3,6 L para Metais e Madeira. Cor à Definir Acabamento Alto Brilho Embalagem 3,6 L Uso Interno/Externo, Composição Esmalte à base de óleo Rendimento desejável Lata 3,6 L 75m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação madeiras, metais ferrosos, galvanizados, alumínio, cerâmica não	UNIDADE	522	R\$ 188,08	R\$ 98.177,76



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



		vitrificada Diluente indicado aguarrás pincel/rolo Diluir no máximo 10%, Aplicação com pistola Diluir no máximo 30% Tempo de Secagem Ao toque 20 a 30 minutos, Entre demãos 30 minutos a 2 horas, Final 5 horas Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade				
191	COTA RESERVADA	Tinta Esmalte Secagem Rapida 3,6 L para Metais e Madeira. Cor à Definir Acabamento Alto Brilho Embalagem 3,6 L Uso Interno/Externo, Composição Esmalte à base de óleo Rendimento desejável Lata 3,6 L 75m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação madeiras, metais ferrosos, galvanizados, alumínio, cerâmica não vitrificada Diluente indicado aguarrás pincel/rolo Diluir no máximo 10%, Aplicação com pistola Diluir no máximo 30% Tempo de Secagem Ao toque 20 a 30 minutos, Entre demãos 30 minutos a 2 horas, Final 5 horas Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade	UNIDADE	173	R\$ 188,08	R\$ 32.537,84
192	COTA PRINCIPAL	Tinta Látex PVA 18 L para Parede. Cor à definir Acabamento Fosco Embalagem 18 L Uso Interno Composição básica água e PVA (Policloreto de Vinila) Rendimento desejável Lata 18L de 280m <sup>2</sup> a 380m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação Superfícies Internas de Massa Corrida Diluição Rolo e Pincel 30% a 50% de água limpa em todas as demãos. Pistola 35% de água limpa Tempo de Secagem Toque 30 minutos. Entre demãos 2 a 4 horas. Final 4 horas Baixo odor Lavável Antimofó. Prazo de Validade 36 meses. Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.	UNIDADE	615	R\$ 560,71	R\$ 344.836,65
193	COTA RESERVADA	Tinta Látex PVA 18 L para Parede. Cor à definir Acabamento Fosco Embalagem 18 L Uso Interno Composição básica água e PVA (Policloreto de Vinila) Rendimento desejável Lata 18L de	UNIDADE	205	R\$ 560,71	R\$ 114.945,55



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



		280m <sup>2</sup> a 380m <sup>2</sup> por demão Categoria Premium Aplicação com Rolo de Lã, Pincel ou Pistola Indicação Superfícies Internas de Massa Corrida Diluição Rolo e Pincel 30% a 50% de água limpa em todas as demãos. Pistola 35% de água limpa Tempo de Secagem Toque 30 minutos. Entre demãos 2 a 4 horas. Final 4 horas Baixo odor Lavável Antimofo. Prazo de Validade 36 meses. Referências Coral, Suvinil, Sherwin Williams ou tecnicamente equivalente em qualidade.				
194	COTA PRINCIPAL	TINTA PARA PISO 18 L. , COR à Definir, Lata de 18 Litros, aplicação interior e exterior, com as seguintes especificações técnicas diluição para repintura de 10 a 20% e rendimento mínimo de 225 M /demão/lata de 18 litros. Fabricantes e linha para referência SUVINIL PARA PISOS ou similar de igual qualidade e mesmas especificações técnicas.	UNIDADE	345	R\$ 442,66	R\$ 152.717,70
195	COTA RESERVADA	TINTA PARA PISO 18 L. , COR à Definir, Lata de 18 Litros, aplicação interior e exterior, com as seguintes especificações técnicas diluição para repintura de 10 a 20% e rendimento mínimo de 225 M /demão/lata de 18 litros. Fabricantes e linha para referência SUVINIL PARA PISOS ou similar de igual qualidade e mesmas especificações técnicas.	UNIDADE	115	R\$ 442,66	R\$ 50.905,90
196	EXCLUSIVO ME/EPP	ESTRIBO 10X20.	UNIDADE	4320	R\$ 1,88	R\$ 8.121,60
197	EXCLUSIVO ME/EPP	MANILHA DE 100x100.	UNIDADE	100	R\$ 530,00	R\$ 53.000,00
198	COTA PRINCIPAL	ESTRIBOS 17X7/ 4.2MM.	UNIDADE	1598	R\$ 44,65	R\$ 71.350,70
199	COTA RESERVADA	ESTRIBOS 17X7/ 4.2MM.	UNIDADE	532	R\$ 44,65	R\$ 23.753,80
200	EXCLUSIVO ME/EPP	GESSO PACOTE COM 1 KG.	PACOTE	868	R\$ 5,64	R\$ 4.895,52
201	EXCLUSIVO ME/EPP	CORDA PET TRANÇADA, TAMANHOS 12MM, 111M, 11KG.	METRO	5540	R\$ 5,11	R\$ 28.309,40
202	EXCLUSIVO ME/EPP	CORDA PET TRANÇADA, TAMANHOS 8MM, 228M, 11KG.	METRO	5540	R\$ 4,38	R\$ 24.265,20
203	EXCLUSIVO ME/EPP	CORRENTE ZINCADA ELO CURTO 8,00MM.	METRO	570	R\$ 26,84	R\$ 15.298,80
204	EXCLUSIVO ME/EPP	MOURÃO DE CONCRETO PREMOLDADO. PARA EXECUÇÃO DE	UNIDADE	395	R\$ 102,09	R\$ 40.325,55



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



		CERCA E ALAMBRADO, COMPRIMENTO TOTAL DE 3.00M COM PROJEÇÃO VERTICAL DE 2,80M, SEÇÃO TRANSVERSAL COM 10X15 CM NA BASE E 10X11 CM NO TOPO, TIPO TIPO ESTICADOR COM INCLINAÇÃO DE 45 GRAUS NA PONTA, NO FORMATO RETANGULAR, COM 14 FUROS ESPACADOS A CADA 20 CM				
205	EXCLUSIVO ME/EPP	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO. UTILIZADO EM CERCA PARA RECINTO, COMPRIMENTO DE 2,50 M, SEÇÃO TRANSVERSAL COM 20 CM DE DIÂMETRO, TIPO RETO, NO FORMATO REDONDO, SEM FUROS.	UNIDADE	325	R\$ 73,37	R\$ 23.845,25
206	EXCLUSIVO ME/EPP	PORTA ALMOFADA 100X210.	UNIDADE	162	R\$ 448,07	R\$ 72.587,34
207	COTA PRINCIPAL	POSTE DE EUCALIPTO 2,2M, REDONDO.	UNIDADE	744	R\$ 110,56	R\$ 82.256,64
208	COTA RESERVADA	POSTE DE EUCALIPTO 2,2M, REDONDO.	UNIDADE	247	R\$ 110,56	R\$ 27.308,32
209	COTA PRINCIPAL	PRANCHA DE JATOBA - METRO CUBICO.	METRO CÚBICO	48	R\$ 4.200,00	R\$ 201.600,00
210	COTA RESERVADA	PRANCHA DE JATOBA - METRO CUBICO.	METRO CÚBICO	16	R\$ 4.200,00	R\$ 67.200,00
211	EXCLUSIVO ME/EPP	ZARCÃO 900ML.	UNIDADE	305	R\$ 42,07	R\$ 12.831,35
212	EXCLUSIVO ME/EPP	TUBO DE FERRO CALVANIZADO 2.	UNIDADE	120	R\$ 458,84	R\$ 55.060,80
213	COTA PRINCIPAL	TUBO DE FERRO CALVANIZADO 3\.	UNIDADE	87	R\$ 813,80	R\$ 70.800,60
214	COTA RESERVADA	TUBO DE FERRO CALVANIZADO 3\.	UNIDADE	28	R\$ 813,80	R\$ 22.786,40
215	EXCLUSIVO ME/EPP	CERAMICA 33x60 CM PARA REVESTIMENTO.	METRO QUADRA DO	1630	R\$ 45,54	R\$ 74.230,20
216	EXCLUSIVO ME/EPP	CORDA DE SEDA DE 20,0MM.	METRO	5790	R\$ 9,94	R\$ 57.552,60
217	COTA PRINCIPAL	CORDOALHA DE AÇO 7 fios 3/8.	METRO	5453	R\$ 13,40	R\$ 73.070,20
218	COTA RESERVADA	CORDOALHA DE AÇO 7 fios 3/8.	METRO	1817	R\$ 13,40	R\$ 24.347,80
219	EXCLUSIVO ME/EPP	GRAMPO PARA VIRGA DE MADEIRA 12MM 15X20 CM.	UNIDADE	410	R\$ 48,33	R\$ 19.815,30
220	EXCLUSIVO ME/EPP	ESTICADOR PARA CORDOALHA 3/8x35cm.	UNIDADE	455	R\$ 21,73	R\$ 9.887,15
221	EXCLUSIVO ME/EPP	GRAMPO PARA CORDOALHA 3/8.	UNIDADE	515	R\$ 3,17	R\$ 1.632,55
222	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA DE APOIO PNE 80 CM. BARRA, MATERIAL EM AÇO INOXIDAVEL, TIPO APOIO RETA, TAMANHO 80 CM,	UNIDADE	250	R\$ 66,20	R\$ 16.550,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

		APLICAÇÃO PARA DEFICIENTES, PADRAO NBR 9050-2015				
223	EXCLUSIVO ME/EPP	BARRA DE APOIO PNE 40 CM. BARRA, MATERIAL EM AÇO INOXIDAVEL, TIPO APOIO RETA, TAMANHO 40 CM, APLICAÇÃO PARA DEFICIENTES, PADRAO NBR 9050-2015	UNIDADE	247	R\$ 47,87	R\$ 11.823,89
224	EXCLUSIVO ME/EPP	ARRUELA ZINCADA AÇO CARBONO 1 polegada.	UNIDADE	910	R\$ 1,48	R\$ 1.346,80
225	EXCLUSIVO ME/EPP	CHAPA ZINCADA 30CM.	METRO	380	R\$ 36,85	R\$ 14.003,00
226	EXCLUSIVO ME/EPP	CHUMBADOR de ardósia 60 cm.	UNIDADE	315	R\$ 17,00	R\$ 5.355,00
227	EXCLUSIVO ME/EPP	FERRO 4.2MM NERVURADO.	UNIDADE	1370	R\$ 19,19	R\$ 26.290,30
228	EXCLUSIVO ME/EPP	FERRO nervurado 5.0.	UNIDADE	860	R\$ 33,04	R\$ 28.414,40
229	EXCLUSIVO ME/EPP	JANELA BASCULANTE FERRO 0,60X0,80.	UNIDADE	151	R\$ 214,97	R\$ 32.460,47
230	EXCLUSIVO ME/EPP	JANELA DE CORRER EM ALUMÍNIO 100X100.	UNIDADE	231	R\$ 309,60	R\$ 71.517,60
231	COTA PRINCIPAL	JANELA DE CORRER EM ALUMÍNIO 120X100.	UNIDADE	162	R\$ 463,39	R\$ 75.069,18
232	COTA RESERVADA	JANELA DE CORRER EM ALUMÍNIO 120X100.	UNIDADE	54	R\$ 463,39	R\$ 25.023,06
233	COTA PRINCIPAL	JANELA DE CORRER EM ALUMÍNIO 100X150.	UNIDADE	161	R\$ 519,34	R\$ 83.613,74
234	COTA RESERVADA	JANELA DE CORRER EM ALUMÍNIO 100X150.	UNIDADE	53	R\$ 519,34	R\$ 27.525,02
235	COTA PRINCIPAL	JANELA DE veneziana EM FERRO 100X150.	UNIDADE	166	R\$ 370,83	R\$ 61.557,78
236	COTA RESERVADA	JANELA DE veneziana EM FERRO 100X150.	UNIDADE	55	R\$ 370,83	R\$ 20.395,65
237	EXCLUSIVO ME/EPP	TELA MOEDA CHAPA 14- METRO QUADRADO.	METRO QUADRA DO	300	R\$ 151,00	R\$ 45.300,00
238	EXCLUSIVO ME/EPP	TELHA PVC 242X0,86.	UNIDADE	500	R\$ 126,16	R\$ 63.080,00
239	EXCLUSIVO ME/EPP	TRINCHA 5 MM. .	UNIDADE	180	R\$ 12,84	R\$ 2.311,20
240	COTA PRINCIPAL	BARRA ROSCADA ZINCADA COM 1 METRO DE COMPRIMENTO 1 POLEGADA.	UNIDADE	495	R\$ 133,62	R\$ 66.141,90
241	COTA RESERVADA	BARRA ROSCADA ZINCADA COM 1 METRO DE COMPRIMENTO 1 POLEGADA.	UNIDADE	165	R\$ 133,62	R\$ 22.047,30
242	EXCLUSIVO ME/EPP	PORCA 1 POLEGADA.	UNIDADE	6370	R\$ 11,75	R\$ 74.847,50
243	EXCLUSIVO ME/EPP	ARRUELA 1 POLEGADA.	UNIDADE	1970	R\$ 2,51	R\$ 4.944,70



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



244	EXCLUSIVO ME/EPP	TINTA ASFALTICA PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE BALDRAME 18L.	UNIDADE	110	R\$ 388,55	R\$ 42.740,50
245	EXCLUSIVO ME/EPP	ADESIVO DE ALTO DESEMPENHO PARA ARGAMASSAS E CHAPISCO 18K.	UNIDADE	160	R\$ 347,86	R\$ 55.657,60
246	COTA PRINCIPAL	PORCELANATO POLIDO 80X80 .	METRO QUADRA DO	2445	R\$ 169,45	R\$ 414.305,25
247	COTA RESERVADA	PORCELANATO POLIDO 80X80 .	METRO QUADRA DO	815	R\$ 169,45	R\$ 138.101,75
248	EXCLUSIVO ME/EPP	MANGUEIRA DE NÍVEL TRANSPARENTE 1MM.	METRO	840	R\$ 3,48	R\$ 2.923,20
249	COTA PRINCIPAL	PEDRA DE GRANITO EM VERDE UBATUBA.	METRO QUADRA DO	304	R\$ 236,28	R\$ 71.829,12
250	COTA RESERVADA	PEDRA DE GRANITO EM VERDE UBATUBA.	METRO QUADRA DO	101	R\$ 236,28	R\$ 23.864,28
251	EXCLUSIVO ME/EPP	PIA COZINHA GRANITO 120X100.	UNIDADE	68	R\$ 397,00	R\$ 26.996,00
252	EXCLUSIVO ME/EPP	PORTA DE MADEIRA EM ALMOFADA 80X210 COMPLETA.	UNIDADE	152	R\$ 273,36	R\$ 41.550,72
253	EXCLUSIVO ME/EPP	ISOPOR PARA LAJE 1M.	UNIDADE	7240	R\$ 8,45	R\$ 61.178,00
254	EXCLUSIVO ME/EPP	TELHA FIBROCIMENTO 153X110MM.	UNIDADE	1030	R\$ 51,71	R\$ 53.261,30
255	EXCLUSIVO ME/EPP	TELHA FIBROCIMENTO 2,13X1,1,10.	UNIDADE	945	R\$ 70,63	R\$ 66.745,35
256	COTA PRINCIPAL	TELHA FIBROCIMENTO 3,00X1,1,10.	UNIDADE	711	R\$ 259,71	R\$ 184.653,81
257	COTA RESERVADA	TELHA FIBROCIMENTO 3,00X1,1,10.	UNIDADE	236	R\$ 259,71	R\$ 61.291,56
258	COTA PRINCIPAL	TELHA CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO.	UNIDADE	1470	R\$ 81,44	R\$ 119.716,80
259	COTA RESERVADA	TELHA CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO.	UNIDADE	490	R\$ 81,44	R\$ 39.905,60
260	EXCLUSIVO ME/EPP	TELHA CUMEEIRA DE BARRO.	UNIDADE	4280	R\$ 6,74	R\$ 28.847,20
261	EXCLUSIVO ME/EPP	Cola Veda Tudo Massa Epoxi 100G. .	UNIDADE	440	R\$ 23,83	R\$ 10.485,20
262	EXCLUSIVO ME/EPP	Manta Asfáltica Auto Adesiva Aluminizada - 30cm X 10m. .	UNIDADE	330	R\$ 134,86	R\$ 44.503,80
263	COTA PRINCIPAL	Manta Asfáltica Auto Adesiva Aluminizada - 100cm X 10m. .	UNIDADE	248	R\$ 290,00	R\$ 71.920,00
264	COTA RESERVADA	Manta Asfáltica Auto Adesiva Aluminizada - 100cm X 10m. .	UNIDADE	82	R\$ 290,00	R\$ 23.780,00
265	EXCLUSIVO ME/EPP	LONA PRETA .	METRO QUADRA DO	2350	R\$ 8,05	R\$ 18.917,50



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



266	EXCLUSIVO ME/EPP	FITA CREPE 24X50.	UNIDADE	960	R\$ 8,67	R\$ 8.323,20
267	EXCLUSIVO ME/EPP	FITA CREPE 48X50.	UNIDADE	1120	R\$ 13,01	R\$ 14.571,20
268	EXCLUSIVO ME/EPP	DISCO DE CORTE PARA FERRO.	UNIDADE	517	R\$ 8,93	R\$ 4.616,81
269	EXCLUSIVO ME/EPP	TELHA AMERICANA(CAPA E BICA).	UNIDADE	17100	R\$ 2,72	R\$ 46.512,00
270	EXCLUSIVO ME/EPP	DISCO DE CORTE PARA MADEIRA.	UNIDADE	468	R\$ 9,24	R\$ 4.324,32
271	EXCLUSIVO ME/EPP	DISCO DE CORTE LISO CONTÍNUO.	UNIDADE	468	R\$ 19,28	R\$ 9.023,04
272	EXCLUSIVO ME/EPP	DISCO DE CORTE SEGMENTADO.	UNIDADE	343	R\$ 16,19	R\$ 5.553,17
273	EXCLUSIVO ME/EPP	DISCO DE CORTE FINO PARA PORCELANATO.	UNIDADE	298	R\$ 51,92	R\$ 15.472,16
274	EXCLUSIVO ME/EPP	MANTA ASFALTICA LIQUIDA 18 LITROS.	UNIDADE	230	R\$ 251,39	R\$ 57.819,70
275	EXCLUSIVO ME/EPP	PORCA SEXTAVADA POLIDA 3/8.	UNIDADE	3020	R\$ 2,31	R\$ 6.976,20
276	EXCLUSIVO ME/EPP	PORCA SEXTAVADA ZINCADA 5/16.	UNIDADE	2970	R\$ 1,22	R\$ 3.623,40
277	EXCLUSIVO ME/EPP	PORCA BORBOLETA ZINCADA 3/8.	UNIDADE	2480	R\$ 3,28	R\$ 8.134,40
278	EXCLUSIVO ME/EPP	PORCA SEXTAVADA POLIDA 1/4.	UNIDADE	2480	R\$ 2,45	R\$ 6.076,00
279	EXCLUSIVO ME/EPP	PORCA SEXTAVADA POLIDA 5/32.	UNIDADE	2480	R\$ 1,56	R\$ 3.868,80
280	EXCLUSIVO ME/EPP	PORCA SEXTAVADA ZINCADA 12MM.	UNIDADE	2380	R\$ 2,83	R\$ 6.735,40
281	EXCLUSIVO ME/EPP	PORCA SEXTAVADA ZINCADA 3/4.	UNIDADE	2380	R\$ 3,18	R\$ 7.568,40
282	COTA PRINCIPAL	SELADOR ACRÍLICO 18L.	UNIDADE	454	R\$ 168,93	R\$ 76.694,22
283	COTA RESERVADA	SELADOR ACRÍLICO 18L.	UNIDADE	151	R\$ 168,93	R\$ 25.508,43
284	EXCLUSIVO ME/EPP	SELADOR ACRÍLICO 3600 ML.	UNIDADE	300	R\$ 56,20	R\$ 16.860,00

1.2 - O valor orçado para a elaboração do Termo de Referência é de R\$ 12.527.739,62 (Doze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A contratação é necessária para atender as necessidades atuais e de futuras manutenções de adaptações na estrutura física dos imóveis públicos, se fazem necessários para utilização nos serviços de manutenção de unidade escolar, recuperação e conservação nas instalações prediais



de todas as unidades pertencentes as Secretarias Municipais, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos.

2.2 Não existe contratações nos últimos três meses com estes mesmos objetos.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

3.1 - Os bens para contratação de empresa especializada em vendas de materiais de construção, têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no processo, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Os objetos devem ser entregues em até 10 dias, após o recebimento do empenho;

3.2 - Os objetos devem ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal, cito na Avenida Oscar Caetano Gomes nº 1901, Bairro Santo Antônio de segunda a sexta-feira das 07hrs às 13hrs; O pagamento será em até 30 (trinta) dias, após a entrega do material e emissão da nota fiscal;

3.3 As hipóteses Sanções e rescisões contratuais serão de acordo com o previsto no artigo 155 o 163 da lei 14.133/2021.

3.4 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

### **4 O MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

4.1 Com a contratação/aquisição será possível continuarmos dando manutenção aos prédios Públicos, vias públicas (calçadas e passeios), entre outros. Com este processo pretendemos adquirir um mínimo para estoque, e o restante conforme necessidade



## **5 DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ARP OU CONTRATO:**

5.1 - A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 177 da Lei 14.133/2021.

As decisões e providências que ultrapassem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

5.2 - A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 - A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no DFD das secretarias Requisitantes;

5.4 - A execução da ARP ou Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos Servidores indicado no DFD das Secretarias, designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos;

5.5- O fiscal da ARP ou Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

5.6- O fiscal da ARP ou Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

5.7 - O fiscal da ARP ou Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

5.8 - Sanções para o descumprimento, observados dias ou horas, a depender da forma de prestação;

5.9- Sanções para o descumprimento, observados dias ou horas, a depender da forma de prestação;

5.10 - Critérios mínimos para notificação, contempladas as formas e prazos de intimação do contratado;



5.11 - A ARP ou Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

5.12 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ARP ou Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

5.11- O fiscal da ARP ou Contrato será designado pela Secretarias, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

5.12 -O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

5.13-O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

5.14-Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

5.15- A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

5.16-As comunicações entre as Secretarias e a contratada devem ser realizadas sempre por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

5.17-Prazo de duração da ARP ou Contrato será de 12(doze) meses com as quantidades solicitadas seguindo a previsão de consumo no ano de 2024 a 2025, na forma do Art. 105 da Lei 14.133/21 cuja as entregas deverão ser parceladas de acordo com a necessidade e quantidades solicitadas pelo requisitante.

5.18 - Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

**a)** o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

**b)** a Administração poderá optar pela extinção da ARP ou Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



## **6 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

6.1. Pela execução do objeto da presente Licitação, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças efetuará os pagamentos à contratada através de transferência financeira na conta bancária do licitante vencedor mediante entrega dos itens, após a liquidação da nota fiscal discriminativa do objeto (em duas vias), onde conste o "atestado" de recebimento, por parte do fiscal da ata ou do contrato, ficando o pagamento condicionado a comprovação das condições de habilitação exigidas na licitação, mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com a fazenda Nacional, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, certidão de regularidade com a fazenda municipal e da certidão de regularidade com FGTS. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e da respectiva nota fiscal da licitação pela contratante.

6.2. Não serão pagas faturas que contenham rasuras ou apresentem descrição de materiais em desacordo com a autorização emitida pelo Setor de Compras, com o edital, com a ata de registro de preços e com a proposta do licitante. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela contratante:

6.2.1- Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

6.2.2- Multas;

6.2.3- Suspensão temporária do direito de licitar, de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

6.2.4- Indenização a contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;

6.2.5 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

6.2.6- A multa será aplicada a razão de 0,6% (seis décimos por cento) sobre o valor total do objeto licitado, por dia de atraso. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa da empresa adjudicatária, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.



## **7 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

7.1 - A proposta de preços deverá ser apresentada respeitando a especificação, conforme a Tabela acima e Estudo Técnico Preliminar anexo;

7.2 - Deverá estar previsto todos os custos com tributos, taxas, fretes e seguros, bem como demais despesas incidentes ou necessárias à efetivação da entrega do produto;

7.3 - Os licitantes deverão indicar a marca do produto na proposta e, preferencialmente, a forma de envio da ORDEM DE COMPRA;

7.4 - Para cada item poderá o pregoeiro estabelecer o valor do lance mínimo. Os valores máximos para adjudicação não deverão ultrapassar os valores de referência estimados para a contratação;

## **8 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

8.1 preços unitários referenciais estão contidos Estudo Técnico Preliminar.

8.2 Considerar-se-á para efeitos de adjudicação, a média atual de preço de mercado, ou seja, não será adjudicado valor maior que o praticado no mercado e o pregoeiro se reserva o direito de negociar com a(s) empresa(s) participante(s) do certame dentro do preço de mercado pesquisado anteriormente.

## **9 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD:**

9.1 Em observação às determinações constantes na lei 13.709/2018, o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); ou ainda em atividades à operadora da CONTRATADA;



c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço/aquisição de bens, esta se dará para fins de cumprimento da execução do contratado. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, ressalvado o tratamento para operações da Contratada, e quando o compartilhamento for necessário à atividade da CONTRATADA para fins da prestação do serviço, será exigido do terceiro o compromisso com a proteção de dados e privacidade.

#### **10 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1 - As despesas deste processo correrão por conta da dotação orçamentária vigente, as quais serão apontadas pelo setor de contabilidade no ato que antecede cada aquisição, conforme dispõe o Art. 7º, §2º do Decreto Federal 7.892/2013.

9.2 - As informações estarão presentes na ORDEM DE COMPRA, instrumento substitutivo do contrato. A emissão da nota de empenho ficará a cargo da Contabilidade Geral da Prefeitura, devendo constar na mesma o número do processo licitatório ou número da ata ou Contrato, anexando a cópia ao processo administrativo de licitação.

9.3 - A área de compras deverá ter acesso, via sistema integrado, aos saldos das dotações orçamentárias, como fase obrigatória antes de emitir a nota de autorização de empenho, que será devidamente confirmada e deferida pela Contabilidade Geral.

9.4 - Na nota de empenho constará o saldo orçamentário e a autorização do ordenador de despesa, nos termos do art. 61 da Lei nº. 4.320/64.

São Francisco/MG, 27 de Março de 2024.

---

**Miguel Paulo Souza Filho**  
**Prefeito Municipal**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



## ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

À Prefeitura Municipal de São Francisco / MG.

Prezados Senhores, por intermédio deste documento apresentamos nossa Carta-Proposta de Preços de Fornecimento dos itens abaixo discriminados, conforme Anexo I – Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>INSC. EST.:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE:</b>
<b>CEP:</b>	<b>E-MAIL:</b>
<b>TELEFONE:</b>	<b>FAX:</b>
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>	<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>	
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	
<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE:</b>	
<b>CPF:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>TELEFONE:</b>	
<b>E-MAIL:</b>	

#### 2. CONDIÇÕES GERAIS:

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
<b>TOTAL POR EXTENSO:</b>						

2.2. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

2.3- O Prazo de Entrega, Fornecimento e Condições de Pagamento conforme o edital convocatório.

2.4- O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.), cotados separados e incidentes sobre a execução do objeto.

2.5- Declaramos aceitar as condições expressas no Edital em anexo, e nas Leis nº 123/06, Lei Federal 14.133/21, Decreto Municipal 017/2024, com as atualizações que lhe foram introduzidas.

Local: ..... Data: ...../...../2024.

Razão Social da Empresa/COM CARIMBO

Nome do responsável legal. **\*A proposta de preços deverá ser devidamente assinada com assinatura ou certificação digital.**



**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA  
(MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG.  
AO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO.

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXXXXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

(  ) **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A R\$360.000,00, ESTANDO APTA A USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

(  ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A R\$360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A R\$ 4.800.000,00, ESTANDO APTA A USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

**OBSERVAÇÕES:**

- ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



CIDADE: \_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CPF)  
(CARIMBO DA EMPRESA)

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR  
(NO CASO DE ME E EPP)  
CPF: XXX.XXX.XXX-XX  
CRC: \_\_\_\_\_

**\*A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTE ASSINADA COM ASSINATURA OU CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DO PORTE DA  
EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG.  
AO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO.

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXXXXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE, NO ANO-CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DESTA LICITAÇÃO, NÃO CELEBROU CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE SOMADOS SEUS VALORES, EXTRAPOLASSEM A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

**OBSERVAÇÕES:**

- ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

CIDADE: \_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CPF)  
(CARIMBO DA EMPRESA)

**\*A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTE ASSINADA COM ASSINATURA OU CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**



**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO  
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG.  
AO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO.

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº .....,  
POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) .....,  
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº.....,  
**DECLARA QUE NÃO HÁ NO QUADRO DE PESSOAL DESTA EMPRESA, EMPREGADO(S)  
COM MENOS DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU  
INSALUBRE E, NÃO EMPREGA MENOR DE 16 (DEZESSEIS) ANOS, EM QUALQUER  
TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE 14 (QUATORZE) ANOS,  
NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ( )<sup>1</sup>.

CIDADE: \_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CPF)  
(CARIMBO DA EMPRESA)

**\*A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTE ASSINADA COM ASSINATURA OU CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**

<sup>1</sup> Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE  
TRABALHO DEGRADANTE**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG.  
AO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO.

A EMPRESA ..... (RAZÃO SOCIAL), INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº ....., **DECLARA:** QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, OBSERVANDO O DISPOSTO NOS INCISOS III E IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

CIDADE: \_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CPF)  
(CARIMBO DA EMPRESA)

**\*A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTE ASSINADA COM ASSINATURA OU CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**



**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO  
EDITAL E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG.  
AO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO.

EU (NOME) \_\_\_\_\_, PORTADOR DO RG \_\_\_\_\_,  
ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE,  
\_\_\_\_\_, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº \_\_\_\_\_,  
**DECLARO EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO  
EDITAL E DECLARO EXPRESSAMENTE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS  
DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
002/2024.**

CIDADE: \_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CPF)  
(CARIMBO DA EMPRESA)

**\*A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTE ASSINADA COM  
ASSINATURA OU CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**



**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE  
INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG.  
AO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO.

(NOME DA EMPRESA), SEDIADA (ENDEREÇO COMPLETO), INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº ....., POR INTERMÉDIO DO SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR.(A) ....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E DO CPF Nº ....., **DECLARA**, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO INCORRE EM QUALQUER DAS CONDIÇÕES IMPEDITIVAS, ESPECIFICANDO:

- 1 - QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA POR ATO DO PODER PÚBLICO;
- 2 - QUE NÃO ESTÁ IMPEDIDA DE TRANSACIONAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- 3 - QUE NÃO FOI APENADA COM RESCISÃO DE CONTRATO QUER POR DEFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO, QUER POR OUTRO MOTIVO IGUALMENTE GRAVE, NO TRANSCORRER DOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS;
- 4 - QUE NÃO INCORRE NAS DEMAIS CONDIÇÕES IMPEDITIVAS PREVISTAS NOS ARTIGOS 9º E 14 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

E QUE, SE RESPONSABILIZA PELA VERACIDADE E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS OFERECIDOS, COMPROMETENDO-SE A COMUNICAR A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG A OCORRÊNCIA DE QUAISQUER FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO, OU QUE COMPROMETAM A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

CIDADE: \_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CPF)  
(CARIMBO DA EMPRESA)

**\*A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTE ASSINADA COM ASSINATURA OU CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**



**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO  
INDEPENDENTE DE PROPOSTA.**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG.  
AO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO.

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº .....,  
POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) .....,  
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº.....,  
PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

**A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;**

**B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO, NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;**

**C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;**

**D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO, NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;**

**E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO, NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

CIDADE: \_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CPF)  
(CARIMBO DA EMPRESA)

**\*A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTE ASSINADA COM ASSINATURA OU CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



## ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG.  
AO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO.

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº .....,  
POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) .....,  
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº.....,  
PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**,  
DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE: NÃO EXISTE EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR(A) OU DIRIGENTE QUE MANTENHA VÍNCULO DE NATUREZA TÉCNICA, COMERCIAL, ECONÔMICA, FINANCEIRA, TRABALHISTA OU CIVIL COM DIRIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG OU COM AGENTE PÚBLICO QUE DESEMPENE FUNÇÃO NA LICITAÇÃO OU ATUE NA FISCALIZAÇÃO OU NA GESTÃO DO CONTRATO, OU QUE DELES SEJA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU, EM ATENDIMENTO AO QUE PRESCREVE O INCISO IV, ARTIGO 14 DA LEI 14.133/2021.

CIDADE: \_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CPF)  
(CARIMBO DA EMPRESA)

**\*A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ SER DEVIDAMENTE ASSINADA COM ASSINATURA OU CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**



**ANEXO XI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2024.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024.  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024.**

Aos \_\_\_\_ ( ) dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal de São Francisco/MG, situada na Rua Montes Claros, nº. 243, centro, nesta cidade, o Ilmº. Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, constituído por Delegação, através do Decreto Municipal nº 021/2022, o Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, portador da C.I. nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_ e CPF sob o nº \_\_\_\_\_, nos termos do inciso II do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024, PARA REGISTRO DE PREÇOS, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, devidamente homologada pela autoridade administrativa, conforme **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024, RESOLVE** registrar os preços para os futuros fornecimentos, tendo como beneficiário, o licitante: \_\_\_\_\_, localizado na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_ no bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, cujo CNPJ é \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, conforme especificações a seguir discriminadas.

**01 - DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais **Aquisições de Materiais de Construção, a serem realizadas de forma parcelada, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes**, conforme especificação abaixo:

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	Valor Unit.	Valor Total

**02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**I** - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preceitua o Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**II** - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**III** - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**I** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para contratação do respectivo objeto, pela Secretaria Municipal Requisitante.

**04 - DO PREÇO**

**I** - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da cláusula 01, de acordo com a respectiva classificação no certame.



**II** - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital Convocatório, que integra o presente instrumento de compromisso.

**III** - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

### **05 - DO PAGAMENTO**

**I** - Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 30 (trinta) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, **mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.**

**II** - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida;

**III** - Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;

**IV** - O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos produtos, de modo a constituírem a única e total contra prestação;

**V** - O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes do fornecimento.

### **06 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**I** - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

**II** - Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do referido processo licitatório que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de **48 (quarente e oito) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

**III** - Cada entrega deverá ser efetuada mediante ordem de fornecimento, emitida pela unidade requisitante, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

**IV** - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

**V** - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**VI** - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

**VII** - A Prefeitura Municipal reserva-se o direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com o previsto no instrumento convocatório e seus anexos, podendo aplicar as penalidades permitidas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

### **07 - DAS PENALIDADES**

7.1. - Recusando-se a vencedora a assinatura da ata sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até três anos.

7.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta ata, erros ou atrasos no seu cumprimento, infringência das infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções impostas no artigo 156 do mesmo diploma legal, a saber:



7.2.1. advertência;

7.2.2. multa:

7.2.2.1. de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, no fornecimento dos produtos, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

7.2.2.2. de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo total do ajustado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da ata, quando for o caso;

7.2.2.3. de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;
- b) transferência total ou parcial da execução do objeto a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto licitatório;

7.2.3. impedimento de licitar e contratar;

7.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3. - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de São Francisco/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

## 08 - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**8.1.** Durante a vigência desta ata de registro, os preços pactuados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses de impossibilidade da manutenção dos preços registrados ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos produtos, observadas as seguintes condições:

- a) Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e a contratada não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, esta poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do fornecimento;
- b) Os preços poderão ser revistos, nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante os procedimentos legais;
- c) A comprovação para efeitos de revisão de preços deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação de preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, listas de preços, notas fiscais de aquisição, de transportes, encargos etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido;
- d) A Comissão de Gerenciamento de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, solicitar redução de valores mediante pesquisa de mercado;
- e) Comprovada a redução/aumento dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do pactuado, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração o Proponente registrado será convocado pela Contratante para a devida alteração do valor contratado;
- f) Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, após o pedido de revisão do preço, o pedido de fornecimento contratado, quando solicitado pela Secretaria Municipal Requisitante, deverá ser realizado pela contratada pelo valor contido nesta ata, vedada a interrupção do fornecimento em razão do protocolo de pedido de reequilíbrio pela contratada.

## 9 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**I** - O recebimento provisório será realizado por servidor designado pela autoridade competente, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo



o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do objeto e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor contratual para recebimento definitivo.

**II** - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em e por força das disposições legais em vigor.

**III** - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo ser substituídos no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**IV** - O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

### **10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**I** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

**Pela Administração, quando:**

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - a detentora não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

F - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

G - a detentora sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**H - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.**

\*no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

**Pelas detentoras, quando:**

A - mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis.

B - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso não aceitas as razões do pedido.

**II** - O cancelamento dos preços registrados, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**III** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**IV** - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador da respectiva ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:



- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

### **11 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO**

I – Os fornecimentos dos produtos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão autorizadas por cada secretaria municipal requisitante, caso a caso, de acordo com cada necessidade e de forma parcelada.

### **12 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

12.1 - O setor competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o recebimento dos itens, do objeto desta licitação será de responsabilidade de cada **Secretaria Municipal Requisitante**, responsável por acompanhar o cumprimento do objeto, de acordo com o que dispõe o art. 19, I e II da Lei 2.893/2013, bem como o que dispõe o Art. 5º, § 2º do Decreto Municipal 021/2022 de 07 de março de 2022. Caberá ao respectivo Setor Requisitante solicitar, receber, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação juntamente com o acompanhamento do Departamento de Almoxarifado, conforme a solicitação, observado o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/21. Caso ocorra qualquer anormalidade ou eventualidade na execução, o setor requisitante deverá, após devida notificação ao fornecedor, reportar os fatos à Controladoria Interna, para que sejam tomadas as devidas providências, conforme Art. 22 do Capítulo IV do Decreto Municipal Nº 20 de 06 de Abril de 2021.

### **13 – DAS OBRIGAÇÕES**

#### **I- Da Contratada:**

- a)** – Entregar os produtos em perfeito estado de conservação, no local informado pela requisitante, com acompanhamento do Departamento de ALMOXARIFADO CENTRAL, situado na Av. Oscar Caetano, nº 1.901 – Bairro: Santo Antônio – nesta cidade, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, e em conformidade com as especificações contidas no termo de referência;
- b)** - O horário de entrega deverá ser dentro do horário comercial, de segunda a sexta-feira de 7:00 às 17:00 hs, considerando que toda a conferência dos produtos a serem entregues acontecerá no ato da entrega por profissional previamente estipulado pela administração pública, considerando que a carga e descarga dos produtos é de responsabilidade da fornecedora;
- c)**-Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem a este ajuste;
- d)**-Assumir, com exclusividade, todos os encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste processo, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, trânsito, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- e)**-Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros;
- f)**- Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- g)**- Responder perante ao Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto;



**h)**-Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o Contratante;

**i)**-Instruir o fornecimento do objeto deste ajuste com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega (requisição).

**II- Da Contratante:**

**a)**- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **Contratada**;

**b)**- Fornecer e colocar à disposição da **Contratada** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;

**c)**- Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste processo;

**d)**- Notificar, formal e tempestivamente, a **Contratada** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste objeto;

**e)**- Notificar a **Contratada**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

**f)**-Fiscalizar a execução do ajustado através do órgão competente;

**g)**-Acompanhar a entrega do objeto licitado efetuada pela **Contratada**, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão.

**14 – DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**I)** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de registro de preços, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**II)** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**III)** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**IV)** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**V)** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**VI) Dos limites para as adesões de órgãos não participantes:**



a) As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

b) O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

## **15 - VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

15.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

I - Integram esta Ata, o edital convocatório do **Pregão Eletrônico nº 002/2024** e as propostas das empresas classificadas no certame supra-numerado.

II - Fica eleito o foro desta Comarca de São Francisco/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

III - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 com suas alterações e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

São Francisco/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome: -----

UNIDADE GESTORA

\_\_\_\_\_  
SIGNATÁRIA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



## ANEXO XII – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO/MG E A EMPRESA [\*\*\*\*\*]**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 22.679.153/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de ....., o Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., nos termos da delegação constante do Decreto nº. 21/2022, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no **Processo Licitatório nº 012/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e do Decreto Municipal Nº 017 de 04 de Março de 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 002/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é a **Aquisição de .....**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta apresentada.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital Convocatório, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Discriminação do objeto:

<b>EMPRESA:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>REPRESENTANTE:</b>	
<b>E-MAIL:</b>	<b>TEL.: ( )</b>

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL:</b>					



## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**3.1.** O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal, conforme classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

## **5. CLÁUSULA QUINTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**5.1.** Os preços dos produtos pertinentes ao contrato administrativo poderão ser revistos na vigência do mesmo, desde que justificados de forma clara e convincente, dentro dos parâmetros legais, e em conformidade com o Artigo 124, Inciso II, letra “d” da Lei 14.133/2021.

**5.2.** A CONTRATADA comunicará, por escrito, solicitando as alterações de preços e a data de início da vigência dos mesmos, a fim de que a administração pública municipal possa fazer uma análise do pedido juntamente com a assessoria jurídica.

**5.3.** O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 10 (dez) dias úteis.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**6.1.** Os órgãos participantes e gerenciadores podem efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato, inclusive o acréscimo ou supressão de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, previsto no Art. 125 da Lei nº. 14.133/2021.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** Não será permitida a subcontratação parcial ou integral do objeto desta contratação.



## **8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. Caberá à CONTRATADA, além do cumprimento às disposições da Lei 14.133/2021, do contrato assinado com a CONTRATANTE, e demais disposições regulamentares pertinentes aos objetos a serem fornecidos:

I) Iniciar o fornecimento dos produtos/materiais do objeto deste Contrato imediatamente após o Recebimento da Ordem de Compra;

II) Fornecer os produtos/materiais, do objeto deste certame, de acordo com as especificações que acompanham o edital e seus anexos com observância dos prazos estabelecidos;

III) Os produtos poderão ser adquiridos de forma parcelada de acordo com as necessidades e disponibilidade financeira das Secretarias Municipais Requisitantes. Os produtos deverão ser entregues, no prazo de até **10 (dez) dias**, contados da solicitação (Ordem de compras) do setor responsável, diretamente no local informado na Ordem de Compras.

IV) Os produtos serão recebidos após emissão da Solicitação emitida pelo setor competente e acompanhado pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

V) Caso insatisfatória as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão desconformidades com as especificações contidas no Edital e seus Anexos.

VI) Na hipótese dos produtos/materiais rejeitados, deverão ser substituídos no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, quando se realizarão novamente as verificações necessárias.

VII) Caso a entrega do objeto não ocorra no prazo previsto, ou em caso de nova rejeição, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeitando-se à aplicação de penalidades.

VIII) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

IX) O pagamento da despesa decorrente do objeto a que se refere a presente licitação será realizado de acordo com o quantitativo solicitado e entregue no mês, em moeda-corrente, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente àquele em que foi efetuado o fornecimento, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais Eletrônica/Faturas, recibo e “Atestado de Conformidade e Recebimento dos bens” feito pelo fiscal do contrato, que será designado pela Prefeitura, responsáveis pela fiscalização dos objetos fornecidos, confirmando se o fornecimento atendeu as exigências estabelecidas neste Edital.



X) Sendo encontrado algum erro na Nota Fiscal expedida, será imediatamente oficiada a empresa contratada apontando as falhas para que a mesma proceda ao cancelamento da Nota com expedição de outra contemplando o correto fornecimento.

XI) O Órgão negociador se reserva o direito de exigir da empresa contratada, à cada pagamento, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, enquanto durarem o fornecimento dos bens negociados.

XII) Junto ao corpo da Nota Fiscal e/Fatura é recomendado que a contratada faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

XIII). Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão corrigidos pela variação do IGPM havida entre a data do vencimento e do efetivo pagamento.

8.2. Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de PRODUTOS efetivamente demandados e prestados.

8.3. Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

a) **Provisoriamente:** de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado e, de posse da ordem de compra, será recebido o produto para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens e outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para sua correção;

b) **Definitivamente:** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material/produto e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

## **9. CLAÚSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

9.1. O setor competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o recebimento dos itens, do objeto desta licitação será de responsabilidade de cada **Secretaria Municipal Requisitante**, responsável por acompanhar o cumprimento do objeto, de acordo com o que dispõe o art. 19, I e II da Lei 2.893/2013, bem como o que dispõe o Art. 5º, § 2º do Decreto Municipal 021/2022 de 07 de março de 2022. Caberá ao respectivo Setor Requisitante solicitar, receber, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação juntamente com o acompanhamento do Departamento de Almoxarifado, conforme a solicitação, observado o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/21. Caso ocorra qualquer anormalidade ou eventualidade na execução, o setor requisitante deverá, após devida notificação ao fornecedor, reportar os fatos à Controladoria Interna, para que sejam tomadas as devidas providências, conforme Art. 22 do Capítulo IV do Decreto Municipal Nº 20 de 06 de Abril de 2021.



9.1.1. Poderão ser designados mais servidores pelo gestor contratual para atuarem como fiscais do contrato, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º. da Lei 14.133/2021 ou pelos respectivos substitutos.

9.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4. Sanções para o descumprimento, observados dias ou horas, a depender da forma de prestação;

9.5. Critérios mínimos para notificação, contempladas as formas e prazos de intimação do contratado.

9.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº. 14.133/2021, art. 115, *caput*).

9.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **Contratada**;
- b) Fornecer e colocar à disposição da **Contratada** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;
- c) Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste processo;
- d) Notificar, formal e tempestivamente, a **Contratada** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste objeto;
- e) Notificar a **Contratada**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- f) Acompanhar a entrega do objeto licitado efetuada pela **Contratada**, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão.
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

### **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Entregar os produtos diretamente no local indicado na Ordem de Compras, com o acompanhamento do ALMOXARIFADO CENTRAL, situado na Av. Oscar Caetano, nº 1.901 –



- Bairro: Santo Antônio – nesta cidade, no prazo máximo de até **10 (dez) dias**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, e em conformidade com as especificações contidas no termo de referência;
- b)** Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem a este ajuste;
  - c)** Assumir, com exclusividade, todos os encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste processo, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, trânsito, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
  - d)** Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros;
  - e)** Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;
  - f)** Responder perante ao Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do ajustado;
  - g)** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o Contratante;
  - h)** Instruir o processo de fornecimento do objeto licitado com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega (requisição).

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste edital, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ao que prevê o artigo 156 da Lei 14.133/2021, estando sujeito às seguintes sanções:

- a)** Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de licitar e contratar;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.3.** A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.



**11.3.1-** O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de São Francisco, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

**11.4.** A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.5.** A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**11.6.** A prescrição da sanção administrativa ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I** - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- II** - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III** - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**11.7.** Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I** - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II** - pagamento da multa;
- III** - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV** - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V** - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**11.8.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias úteis encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.9.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de São Francisco/MG, as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.



## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO**

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

13.1.3. **Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme prevê o Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei 14.133/2021.**

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 017/2024 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.



**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual forma e teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contratantes e duas testemunhas.

....., ..... DE ..... DE 2024.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_